

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NEIVA TEREZINHA PELISSARI

**ALFABETIZAR E QUALIFICAR O ORELHA-SECA E O MEIA-
COLHER: UM DESAFIO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO
CIVIL.(A experiência da Concremax com alfabetização e qualificação de jovens
trabalhadores em Cuiabá/MT)**

Cuiabá
2006

NEIVA TEREZINHA PELISSARI

**ALFABETIZAR E QUALIFICAR O ORELHA-SECA E O MEIA-COLHER:
UM DESAFIO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL.(A
experiência da Concremax com alfabetização e qualificação de jovens trabalhadores em
Cuiabá/MT)**

Dissertação Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Área de concentração: Educação, Cultura e Sociedade. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Como exigência parcial à obtenção do título de mestre em educação.

Orientador Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

Cuiabá

2006

DEDICATÓRIA

- A Deus por confiar esta missão que tanto me gratificou.
- Aos meus familiares que sempre me incentivaram.
- Ao Profº Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta por sua paciência e dedicação.
- A empresa Concremax e a seus funcionários que sem eles não seria possível à realização deste trabalho.
- A Ms. Cleonice Poloto por ocupar tantas horas em me ajudar na finalização desta empreitada.
- Aos colegas da linha de pesquisa pela amizade e contribuição.

ANALFABETISMO E ALFABETIZAÇÃO

“Parte das nações do mundo moderno conseguiu concretizar o projeto de alfabetização generalizada, superando os limites das sociedades de tradição oral. Outras, porém, parecem ter fracassado nos seus intentos; assim, à pobreza, à fome, à doença e à marginalização social vem se juntar o analfabetismo de grande parte da população dessas nações. Fracasso escolar ou fracasso social? E a nova situação criada pela diversidade de usos da escrita sugere ainda uma outra questão: é preciso sonhar outros sonhos?”.

José Juvêncio Barbosa

SIGLÁRIO

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CPC – Centro Popular de Cultura
E-9 – Grupo de países mais populosos do mundo
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETP – Ensino Técnico e Profissional
ISO - International Standardization Organization “
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
MOBRAL - O Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOC – Movimento de Organização Comunitária
NBR – Norma Brasileira
NR-4 – Norma Regulamentadora nº4
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PBQP-H - O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
QSP – Qualificação Social e Profissional
SINDUSCON/MT - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Mato Grosso
UNESCO – Agência das Nações Unidas Especializadas em Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I	
A CONSTRUÇÃO CIVIL E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	11
1.1 Construção Civil no contexto do modo de produção capitalista e sua relação com a educação.....	11
1.2 Educação dos trabalhadores e a educação dos trabalhadores da construção civil.....	24
CAPÍTULO II	
O ORELHA-SECA E O MEIA-COLHER: Jovens Trabalhadores da Construção Civil.....	45
CAPÍTULO III	
DINÂMICA DE ALFABETIZAÇÃO CIVIL EM CUIABÁ: Da Empresa	60
CAPÍTULO IV	
ALFABETIZAÇÃO DOS JOVENS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:.....	65
IV-i – Meia –colher.....	66
IV-ii – Orelha-seca.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA.....	119

RESUMO

A construção civil é conhecida como o setor da economia brasileira que emprega o maior número de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos e com pouca ou nenhuma qualificação profissional. O presente estudo se dá com os jovens trabalhadores que desempenham funções que não necessita de nenhuma qualificação. São os serventes e ajudantes conhecidos dentro do ramo da construção civil, como *orelha-seca* e *o meia-colher*, que participaram de programas de alfabetização e qualificação da empresa. O objetivo do deste trabalho foi analisar como esses jovens trabalhadores da construção civil lidaram com os programas de alfabetização e qualificação oferecidos pela empresa construtora. Um dos objetivos declarado da empresa em investir educação e qualificação de seus funcionários é a obtenção das certificações ISO's 9000 e PBPQ-h. De natureza qualitativa a pesquisa foi desenvolvida a partir de um entendimento sobre a Educação de Jovens e Adultos, sua relação com a Educação Popular e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho da construção civil. Foram utilizados questionários e entrevista semi-estruturada. O estudo demonstrou que os jovens trabalhadores da construção civil habitualmente participam do processo de qualificação na empresa. Na conclusão deste trabalho poderemos verificar a importância que estes trabalhadores tem no processo produtivo da indústria da construção civil e que existe contradições políticas e pedagógicas entre os interesses da empresa e dos trabalhadores.

Palavras-chave: Jovens trabalhadores; Educação de Jovens e Adultos; Construção civil.

INTRODUÇÃO

A construção civil é conhecida como o setor da economia brasileira que emprega o maior número de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos e com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

O presente estudo se dá com os trabalhadores que desempenham funções que não necessita de nenhuma qualificação. São os serventes e ajudantes conhecidos dentro do ramo da construção civil, como *orelha seca* desempenha as funções de serviços gerais e ajuda os pedreiros, carpinteiro, armador, azulejistas bem como em todo o trabalho braçal de transporte de material, escavação, preparo de massa e limpeza da obra.

O *meia-colher* é um trabalhador da construção civil, que possui no seu registro de trabalho a função de servente, mas dentro do canteiro passa a exercer algumas atividades próprias dos oficiais (pedreiros, amadores, carpinteiros e/ou azulejistas). O mesmo recebe orientação dos próprios colegas, caracterizando um treinamento informal no canteiro de obra, porém muitas vezes sem a supervisão de encarregado que vem a ser chefe da equipe de oficiais. Deixa de exercer apenas a função de *orelha-seca* e passa a condição de *meia-colher*. Sua remuneração costuma ser acrescida por prestar serviços mais qualificados. Essa remuneração quase sempre não consta no seu registro de trabalho, uma vez que, a função do chamado *meia-colher* é considerada informal dentro da construção civil.

As empresas têm exercido por conta da necessidade das certificações exigidas por lei um papel no preparo profissional dos jovens trabalhadores. Existe uma tendência na construção civil em organizar a formação destes trabalhadores sob os aspectos voltados para o desempenho de uma função específica. As qualificações mais comuns são aquelas voltadas para os serviços de rejunte de piso e azulejo, preparo de massa, assentamento de esquadrias, regularização de contra piso e rebocos.

Para desenvolver este estudo, utilizamos a metodologia da investigação qualitativa. Foram utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada e questionário.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com a profissional encarregada do programa de alfabetização e qualificação da empresa. A entrevista foi dividida em três blocos temáticos. O primeiro bloco temático tratou da identificação do entrevistado, o segundo bloco tratou da participação da empresa no programa PBQP-H. O terceiro bloco temático tratou da qualificação da mão-de-obra. A empresa onde foi realizada a pesquisa foi a **Concremax**. Ela foi selecionada por ser a primeira empresa em Cuiabá a conseguir a certificação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H).

Para os trabalhadores, utilizamos um questionário de múltiplas escolhas dividido em seis blocos temático. O primeiro bloco temático tratou da identificação do entrevistado, segundo, da Família, terceiro, trajetória escolar-grau de instrução, quarto, trabalho, quinto, Experiência Educacional na Empresa. O sexto e ultimo bloco tratou dos Valores Sócios Culturais.

O primeiro capítulo está dividido em dois sub capítulos. No primeiro foi estudada a dinâmica da organização de trabalho na construção civil. O segundo, foi feito um estudo sobre a evolução da educação de jovens e adultos no Brasil através de um pequeno histórico, a partir do início do século XX até os dias de hoje.

No segundo capítulo estaremos verificando a importância dos trabalhadores da construção civil no processo produtivo das empresas e a realidade do setor em relação à alfabetização e a qualificação, pois de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 33% dos trabalhadores registrados da construção civil não sabem ler ou escrever e, em geral, desempenham funções auxiliares com pouca ou nenhuma especialização.

No terceiro capítulo estudamos como uma empresa do setor da construção civil em Cuiabá-MT, fez para receber as certificações das ISO's 9000 e PBQP-h que a capacita a participar na execução de obras públicas. Para isso a obra deve ser executada com uma mão-de-obra utilizada deve ser eficiente e bem preparada, tornando parte importante no processo produtivo das construtoras.

No quarto e quinto capítulos, analisamos as respostas dos jovens trabalhadores no questionário aplicado onde tratamos da sua formação escolar, seu interesse pelo processo de qualificação e seus valores sócio culturais.

E nas considerações finais uma análise da educação dos jovens trabalhadores da construção civil adquirida na empresa e sua relação com a atividade profissional por ele exercida nos canteiros de obras.

Este trabalho foi desenvolvido dentro do grupo de pesquisa Educação, Jovens e Democracia que faz parte da Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO CIVIL E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES

1.1 Construção civil no contexto do modo de produção capitalista e sua relação com a educação.

A construção civil é uma atividade econômica que necessita de uma grande quantidade de trabalhadores para execução de seus objetivos de produção. Esses trabalhadores caracterizam-se por possuírem variados níveis de qualificação e com funções específicas na dinâmica de efetivação do processo de trabalho.

A construção civil possui uma relação entre capital-trabalho muito próxima à definição apresentada por Karl Marx em O Capital, em que as grandes construtoras detentoras do capital, exercem sobre os trabalhadores uma relação de apropriação por meio da força de trabalho coletivo que é a combinação de muitos trabalhadores parciais.

(...) uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve, portanto, uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. Se, por um lado, o trabalhador individual é apropriado e anexado por toda a vida a uma função unilateral, então as diferentes operações daquela hierarquia são adaptadas às habilidades naturais e adquiridas. Todo processo de produção exige, no entanto, certos manejos simples que qualquer ser humano é sem mais capaz de realizar. Eles também são destacados de sua conexão em fluxo com os momentos de mais conteúdo da atividade e ossificados em funções exclusivas.

A manufatura cria, portanto, em todo ofício de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total do trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao

lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro. Para os primeiros, esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos caem o valor da força de trabalho. A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (MARX, 1983:276).

A Construção Civil possui um sistema de hierarquização das funções exercidas pelos trabalhadores num sistema de parcelamento do trabalho, em que ocorre uma especificidade em cada função. Na obra, o engenheiro é que detém o conhecimento de todo o processo produtivo. Quais os materiais empregados na obra, quanta mão-de-obra será necessária, qual a função que cada trabalhador exercerá para alcançar o objetivo proposto, que no caso é a obra pronta. O segundo posto na hierarquia da obra é ocupado pelo mestre, que detém parte do conhecimento. Ele acompanha o processo construtivo da obra, fiscaliza o desempenho dos funcionários e a utilização dos materiais de construção. O mestre de obra é sempre uma pessoa de confiança do Engenheiro e detém conhecimento do processo e conhece a mão-de-obra empregada em cada atividade. A obra é sub-dividida por setores: setor de instalações hidro-sanitárias, setor de instalação elétrica, setor de pintura, setor de azulejista e setor de pedreiro. Em cada setor da obra possui um encarregado com seus respectivos subordinados.

O pedreiro tem a função de executar diversas atividades como, assentar tijolos, reboco, contra-piso e concretagem de estrutura e sob suas ordem está a figura do meia-colher e do orelha seca, que respondem diretamente ao pedreiro, que responde ao encarregado, que responde ao mestre e por fim o mestre que responde ao Engenheiro, portanto, cada trabalhador, em sua função é detentor de determinado conhecimento. Quanto mais baixa for a posição do trabalhador dentro da empresa, menos conhecimento sobre o processo produtivo ele tem.

O mundo moderno, compreendido em função das implicações do comportamento social, passa a ser vinculado às funções profissionais que o homem desempenha. Se atentarmos às palavras de Durkheim a respeito da direção da pedagogia, como emergindo do conhecimento e do atendimento às necessidades sociais, pode-se observar que uma das possibilidades da educação é voltar-se para o campo profissional, na preparação para o desempenho de uma profissão ou de uma ocupação. Não que a função educacional esteja exclusivamente empenhada na formação do trabalhador; a educação tem por função precípua formar o homem através do desenvolvimento de todas as suas potencialidades, em adequação às transformações sociais típicas das sociedades modernas.

Para Teixeira (1997:49) as demandas industriais em mutação, querem oriundas do setor de serviço, como por exemplo, a construção civil, ou de manufatura, são questões centrais nos debates sobre educação e emprego. Ambos os sistemas – indústria e educação – têm dinâmicas diferentes, em consequência de interesses basicamente diferentes. A indústria, em uma sociedade fundada no modo de produção capitalista enfoca, em primeiro lugar, a vantagem competitiva, a demanda do cliente e a permanência no mercado. A educação, por outro lado, tem uma gama de responsabilidade perante a sociedade, como um todo, tais como a preparação dos jovens para a vida e a oferta de uma vasta base de conhecimento a partir da qual os jovens possam desenvolver-se.

É para este tipo de trabalho e de educação que o trabalhador precisa ser educado, em que este trabalhador possa se desenvolver; esta educação ocorre no seio do processo produtivo e no conjunto das relações sociais mais amplas; a vida, individual e coletiva, tem que se organizar para o rendimento máximo do aparato produtivo, o que significa que as bases do desenvolvimento intelectual e moral são os interesses do capitalismo.

Contudo, ao educar o operário para o trabalho parcelado, cada trabalhador exerce apenas uma determinada função, onde não tem domínio sobre todo o processo de produção, e heterogerido, necessariamente se reforça a dimensão do “coletivo”, categoria fundamental para a superação do modo de produção capitalista. Percebendo-se como parte de uma totalidade mais ampla, inserido nas teias de relação sociais e técnicas determinado pelo processo produtivo, o trabalhador aprende a organizar-se e a trabalhar coletivamente, ao mesmo tempo em que vai aprimorando o conteúdo do trabalho; ou seja, ele se educa para o trabalho socializado (KUENZER, 1995:114).

Se voltarmos especificamente para o setor da Construção Civil, podemos considerar as afirmações de Ferretti (1995) que faz uma análise para a indústria brasileira:

Dada à condição de pouco avanço tecnológico que caracterizou a indústria, desde o seu início até bem pouco tempo, e também em função dos parâmetros empregados, é provável que, na maior parte dos casos, as empresas puderam satisfazer suas necessidades produtivas valendo-se, majoritariamente, de mão-de-obra não qualificada, ou pouco qualificada, posteriormente “formada” no próprio local de trabalho, ao sabor das necessidades emergentes. A produção majoritariamente voltada para o mercado interno, pode assim organizar-se com um mínimo de investimento em tecnologia. Por consequência pôde, com certa tranqüilidade, produzir em um contexto de baixa competitividade, com o grosso da mão-de-obra não preparada ou pouco preparada, mas apta à execução das tarefas rotineiras e repetitivas demandadas pelo trabalho simplificado, valendo-se, simultaneamente, de um contingente numericamente inferior, mas qualitativamente superior, de trabalhadores tecnicamente qualificados, ainda que de forma restrita.

A negação do caráter ao mesmo tempo teórico e prático do trabalho justifica a separação entre decisão e execução, trabalho intelectual e manual, a partir do que se justifica a dominação do capital sobre o trabalho. Neste contexto a “pedagogia capitalista”, aqui entendido por Keunzer, como a maneira que as empresas querem que os funcionários sejam educados, educação essa voltada para suprir as necessidades da empresa, alienando o trabalhador e produzindo desta forma, o sentido e a própria incompetência no operário, na

medida em que lhe é negado o acesso ao saber escolar e o seu saber, adquirido no exercício do trabalho, é desvalorizado em função do seu caráter fragmentário, de reduzida sistematização e baixo nível de elaboração conceitual.

Marx (1983) afirma que as relações burguesas de produção são as últimas formas antagônicas do processo social de produção, proveniente das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa brindam ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução deste antagonismo.

O homem não é só um animal social, mas um animal que se individualiza em sociedade. O homem não produz de forma isolada, fora da sociedade, tal produção é fruto do trabalho de uma sociedade, não sendo possível produção sem um instrumento de produção, sem trabalho passado, acumulado, nem que seja a habilidade adquirida e concentrada na mão do selvagem pelo exercício de produção. Portanto, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado, materializado. A produção é sempre determinada pelo corpo social, um sujeito social, que exerce sua atividade em uma maior ou menor totalidade, mais ou menos rica de esfera de produção.

O trabalhador é um instrumento de produção e sendo este trabalhador um trabalhador assalariado, despossuído dos meios de produção, vende sua força de trabalho para garantir os meios necessários à sua sobrevivência. Ao capitalista que compra essa força de trabalho, cabe fazê-la produzir valor: assim, o processo de consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo processo de produção de mercadoria e de valor excedente. Ao comprar essa força de trabalho e ao incorporá-la aos meios de produção, o capitalista passa a ser seu proprietário, cabendo-lhe utilizá-la de tal maneira a produzir o maior valor possível. Assim, o trabalhador se caracteriza por não possuir mais sua força de trabalho, que passa a ser controlada externamente a ele, ao mesmo tempo em que ele se aliena do produto na medida que este, fruto do seu trabalho coletivo, se separa dele, escondendo seu caráter de resultante de relações sociais entre pessoas que trabalham para aparecer como resultante de relações sociais entre coisas. Desta forma, o trabalhador assalariado já não se percebe no produto de seu trabalho, que se constitui em mero fragmento de um processo maior que ele não domina, não controla e que não lhe pertence (KUENZER, 1995: 76).

Compreendido desta forma, o trabalho no modo de produção capitalista se apresenta de forma diferente do trabalho do artesão. Enquanto este exigia o domínio completo do processo de trabalho, adquirido durante anos de experiência, caracterizado pela unidade entre concepção e ação, controlado pelo próprio trabalhador, mobilizador de capacidade intelectual e criativa, o trabalho capitalista se desenvolve a partir da desqualificação. Quanto mais se desenvolve a mecanização, mais ele se fragmenta e se automatiza, menos domínio do saber sobre o trabalho total ele exige, menos energias intelectuais e criativas ele mobiliza.

As percepções, nas empresas, sobre educação e aprendizagem estão passando por mudanças rápidas, segundo Kessels (1997:209). Os significados de conhecimento, aprendizagem e trabalho vivenciaram uma revolução, que passou praticamente despercebida. Contrariamente à convicção de que os seres humanos representam os mais importantes recursos e capital de uma empresa, a realidade da reestruturação e da reengenharia do processo, maneiras diferentes de executar determinado serviço, se concentra no aumento da produtividade e na redução dos custos da mão-de-obra, mesmo sendo esta mão-de-obra importante no processo produtivo, desenvolve-se um processo de segregação entre trabalhadores altamente talentosos e informados e o pessoal da área de prestação de serviços. Os trabalhadores serão vistos como recursos desde que contribuam para a competência principal da empresa e sua produtividade de conhecimento, onde o conhecimento do trabalhador em uma única tarefa contribui para o aumento de sua produtividade, ocorrida devido à fragmentação do trabalho a especialização em uma única função. Esta perspectiva tem impacto definitivo sobre a capacidade de aprender, bem como sobre o sistema educacional e os novos desequilíbrios sociais.

Segundo Hirata (1997:32) os trabalhadores são vistos pelas empresas como colaboradores do sistema de produção, utilizando um novo conceito de produção levando a uma nova maneira de pensar a divisão do trabalho e uma concepção renovada do lugar do indivíduo na organização. Uma das soluções apresentadas por este autor para fazer face as alterações do mercado de trabalho consiste na ênfase dada à formação como instrumento de empregabilidade, que nada mais é do que a capacidade do indivíduo obter um emprego, fazendo com que o trabalhador deixa de ser especializado em determinada tarefa e passa a ser valorizado pela capacidade de adaptação as novas funções, estas adquiridas no decorrer da sua vida profissional.

Para Minvielle (1997:180), a noção de empregabilidade encontra-se equipada com uma virtude que poderia intitular-se liberdade. Porém uma liberdade limitada, liberdade controlada, estritamente profissional nesta nossa abordagem, liberdade propriamente dita, pois se trata de dar a cada indivíduo capacidade de se autogerenciar em diversos universos, de tal modo que ele não tenha que vivenciar situações de assistência e de dependência que contribuiriam para a sua marginalização e exclusão progressivas do funcionamento social global.

Segundo este mesmo autor, a educação, em todos os seus componentes, é um dos sistemas (pequeno ou grande) nos quais os homens estão aptos a produzir as construções sociais, mas também a direcionar o futuro de suas funções sociais. Enquanto tais, a educação e a formação profissional, em particular, podem ser pensadas e apreendidas como processo de socialização reconstruído.

Para Teixeira (1997:48), o aprofundamento da globalização que afetou todos os

setores econômicos, trouxe o domínio do conhecimento para a condição de diferencial competitivo.

A educação, antes tratada de forma desconectada da vida profissional, passou a ser um dos fatores referenciais para planejar, acelerar ou reformular carreiras. As instituições formais de ensino, as empresas de treinamento e as consultoras foram obrigadas a iniciar um processo de revisão dos seus paradigmas, passando de autoridade no assunto para a condição de fornecedores interessados em ouvir seus clientes.

Ainda hoje é válida a afirmação de DiRocco.

Há uma tendência para organizar a formação do homem sob um aspecto interessado, voltado para o desempenho de uma função profissional. Não se trata de fornecer, apenas, uma cultura geral, necessária, porém insuficiente se não for complementada pelo preparo profissional, antes mesmo de se atingir o nível superior de escolaridade (1979:34).

A Unesco empenha-se em destacar a importância da Educação de Adultos no contexto da Educação Permanente, tanto quanto na Educação Formal. Entretanto, existe um grande desequilíbrio entre as recomendações e a realidade, havendo uma grande defasagem entre as conclusões apresentadas pelas Conferências Internacionais e as realidades educacionais. A maioria dos países está longe da realização da Educação Permanente.

Observações apresentadas por Delors (2003), mostram que a educação para fins econômicos não parou de crescer na maioria dos países. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade. A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador.

Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar respostas a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessário, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível.

Para Delors (2003), o mundo do trabalho constitui, igualmente, um espaço privilegiado de educação. Trata-se, antes de qualquer coisa, da aprendizagem de um conjunto de habilidades e, a este respeito, importa que seja mais reconhecido na maior parte das sociedades, o valor formativo do trabalho, em particular quando inserido no sistema educativo.

Como elemento integrador da Pedagogia, a educação dos adultos na função Permanente conforme prescreve o Parecer nº11/00/CNE/CEB, a educação deve ser um processo que englobaria os aspectos de formação e de transformação, sistematizando e permitindo aberturas para que novas formas pudessem ser incorporadas ao sistema. A educação não mais seria apresentada como uma multiplicidade de situações desconexas, mas sim, como uma cadeia de atos, ações e conhecimento dando margem à diversificação, sem comprometimento do todo. A educação permanente representaria esse elo, e responderia a uma necessidade do mundo atual, a de constante atualização de comportamento, atitudes, hábitos e habilidades dos trabalhadores. Mas as formações oferecidas pelas empresas aos trabalhadores em serviços não formam profissionais prescritos na função permanente do referido parecer. Ela forma um homem desvinculado da ação reflexão, isto é, da teoria e da prática.

Nesta mesma linha de pensamento do parecer 11, Di Rocco (1979:98) afirma que:

Devemos entender a educação permanente como um processo educativo sem interrupção para satisfazer as exigências profundas da personalidade humana no seu desenvolvimento e para responder às interrogações cada vez mais freqüentes de um mundo em transformação.

Para Kuenzer (1994:114), o homem também está inadaptado em face do reduzido grau de consciência de sua situação de trabalhador e cidadão. Esta ausência de consciência política é, também, um problema de educação, em um país onde a exclusão do sistema educacional é a norma, praticamente inexistem alternativas pedagógicas para a classe trabalhadora e a ação pedagógica dos sindicatos é tradição recente.

O trabalhador não nasce com uma consciência de classe, uma vez que, a imediatibilidade está presente, não possuindo a consciência de classe que possa captar a realidade que supere esta imediatibilidade.

Este paradoxo que resulta da condição de meia-cidadania do trabalhador, da qual a precária formação de consciência política é resultado, é o que o trabalhador não consegue ocupar, de modo eficiente, quer os espaços conquistados na luta sindical e movimentos sociais, quer os espaços concedidos na empresa. Ou seja, aprofunda-se o descompasso entre os avanços do capital na manutenção de sua hegemonia e a capacidade dos trabalhadores de se articularem na constituição de seu próprio projeto. E isto é também, e não só, um problema de consciência política. É mais do que hora de articularem-se todos os esforços na discussão de alternativas teórico-metodológicas que orientem propostas de ação voltadas para a formação da consciência política do trabalhador, quer da construção civil quer de qualquer outra atividade profissional (KUENZER, 1995: 77).

Já na década de 1960, Freire (2003:96), via uma sociedade em transformação que sofria alterações tão profundas e às vezes até bruscas e em que as tendiam a ativar cada vez

mais o povo em emergência, necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. Necessitava-se de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.

A educação terá de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude dos educandos. De criação de disposições democráticas através da qual se substituísse nos brasileiros, antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência, de acordo com o novo clima da fase de transição (Freire, 2003:10).

Não seria, porém, com essa educação desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra “milagrosamente” esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades com que o educando ganhe a experiência do fazer, que desenvolveríamos no brasileiro a criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização.

Se há uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições com o outro. Que o predispusse as constantes revisões. A análise crítica de seus “achados”. Há certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE,2003:97).

Cada vez mais nos convencemos que o homem brasileiro teria de ganhar a sua responsabilidade social e política, exigindo essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na

vida do seu bairro, de sua igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes, Freire (2003:100).

Para Freire numa visão pedagógica, entende que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. Ressalta, porém, que o homem é um ser aberto à realidade, o que o faz ser o ente de relações que é, e não só de contatos. Com características distintas dos outros seres, o homem é dotado de uma pluralidade de relações com o mundo quando, entre outros comportamentos, organiza-se, testa-se, age e discerne. Em discernindo, o homem descobre sua temporalidade e, com a consciência desta, descobre sua historicidade. Como consequência disso, o homem acaba sendo ativo e eminentemente interferidor em sua própria realidade, sendo por isso capaz de modificá-la. Para se integrar ao seu contexto, porém, para criá-lo e recriá-lo, é preciso haver uma crítica de sua consciência que possibilite sua interação com o mundo.

Essa consciência crítica, segundo Freire (2003:113), deve ter como base o conhecimento, ao mesmo tempo em que é despertada por ele. O conhecimento que considera o ponto de partida individual, o mundo vivido de cada um, com toda a carga de experiência que representa esta realidade. Nesse sentido, não existe transmissão como única de viabilizar informações, mas elas só são apreendidas na medida em que se estabelecem relações dialógicas, apoiadas na responsabilidade social e política. A consciência crítica, formada sobre os pilares da interação, da reciprocidade e da liberdade, é que permite ao homem inserir-se no contexto social e criar nele sua realidade.

Segundo Souza *apud* Spinoza (2000) circunstâncias exteriores, como as políticas e as sociais, podem obstruir a evolução do homem e o seu crescimento. Quando se podem

desenvolver livremente as possibilidades que lhes são inerentes, é que o ser humano pode viver como uma pessoa livre.

A visão da liberdade tem na pedagogia, voltada para a participação livre e crítica dos educandos, um dos pilares na formação do homem, pois a alfabetização e a conscientização jamais se separam em que todo o aprendizado deve encontra-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando (FREIRE,2003:55).

Em Marx (1985), encontramos um aprofundamento da questão em relação a trabalho e consciência: o modo como se trabalha marca a consciência, mas a consciência também marca o modo como se trabalha. É uma interação entre “mão” e “cabeça”, entre “corpo” e “mente”. Dessa forma, o conhecimento humano está intimamente relacionado com o trabalho. Segundo esse filósofo, o trabalho é um fator positivo e também é inerente à condição humana e, fundamentalmente, seria positivo ser um trabalhador. O trabalho é o que define o modo humano de existir. Mas, na visão capitalista, o trabalhador trabalha para os outros. Seu trabalho é externo embrutecedor, constrangedor, fazendo a esse trabalhador se alienar em relação a sua atividade e, em relação a si mesmo.

Cada trabalhador que assume um posto de trabalho traz consigo todos os seus papéis sociais, memórias, histórias e sentimentos e, por isso, não devem ser encarados meramente como um executor de um papel estritamente profissional ou cumpridor de uma mera tarefa. A educação tem aí um papel fundamental.

A superação de posições reveladoras de descrença no educando. Descrença no seu poder de fazer, de trabalhar, de discutir. Ora, a democracia e a educação democrática se

fundam ambas, precisamente, na crença do homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País, do seu continente, do seu mundo, e os problemas do seu trabalho e os problemas da própria democracia. A educação é ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (FREIRE, 2003:58).

Este autor afirma a necessidade de aproveitar a experiência que têm os alunos na vivência do dia a dia, em que podemos considerar ambientes de trabalho tão complexos para discutir questões de segurança e desempenho na sua área de atuação. O orelhas-seca e o meia colher, como relacionar a sua profissão com algo essencial ao desempenho de toda a construção civil. Para Freire (1996: 36),

(...) discutindo a sua realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida. Por que não estabelecer necessária intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos.

A empresa, particularmente no ramo da construção civil, vem oferecendo programa de formação para os trabalhadores. São cursos relacionados quase sempre com a segurança e saúde do trabalhador e sua alfabetização. Esses programas de formação do trabalhador fazem parte das exigências do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat e da obtenção das ISO's.

1.2 Educação dos trabalhadores e a educação dos trabalhadores da construção civil.

A educação tem um papel fundamental nas relações trabalhistas. Para Freire, (2005), a Educação de Adultos deve ser sempre Educação Popular em que ela é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar-se em

direção a objetivos próprios:

Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento transformando a compreensão que havia anos atrás. O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras (p. 15).

A partir desta afirmação nada mais importante que lembrar que a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, passa a considerar que este adulto principalmente o jovem trabalhador. Houve um momento que considerava que essa formação deveria passar pelo conhecimento dos diferentes níveis da escrita, segundo Di Rocco:

Os analfabetos propriamente ditos: sem nenhum conhecimento dos rudimentos da comunicação escrita.

Os semi-analfabetos: que têm conhecimento parcial, descontínuo e unilateral destes rudimentos (freqüentemente em consequência de regressão).

Analfabetos funcionais: que têm um conhecimento suficiente para a situação na qual eles vivem atualmente, mas insuficiente para uma eventual adaptação a uma nova situação.

Os letrados: que dominam ambas as formas da comunicação: escrita e leitura (1979:12)

Outros conceitos de educação voltados para a formação do trabalhador são utilizados muitas vezes como sinônimos ainda que não sejam. Os diferentes conceitos que tem origem em decorrência do método pedagógico utilizado, de quem promove e a quem se destina esta educação são muitas vezes confundidos. Educação de adultos, educação popular, educação não-formal e educação comunitária são usados às vezes de forma indistintas para explicar o processo de formação do trabalhador. É necessário, entretanto fazer algumas distinções.

Educação não-formal que quase sempre, está vinculada a organizações não-governamentais, partidos políticos, sindicatos e igrejas. A educação não-formal normalmente está associada a atividades profissionalizantes e exercida a projetos de educação comunitária,

onde se procura formar os cidadãos para uma atividade afim.

Outros conceitos, muito utilizados, para explicar a formação dos trabalhadores estão em Casali (1997:16), que considera a educação um processo de desenvolvimento do trabalhador, em que essa formação seria realizada em três modos distintos. A primeira é a idéia que identifica essa educação:

(...) como o início do processo do desenvolvimento do indivíduo; quando ocorrem os primeiros níveis de ensino. É a chamada educação básica, constituída pelo primeiro e o segundo grau que, somando o curso universitário integram a preparação do engenheiro, médico, e outros profissionais.

A segunda considera a educação do trabalhador como sendo centralmente Formação Profissional, que é o complemento da educação básica. É a adaptação do profissional à evolução de sua profissão, da tecnologia ou das novas formas de gestão. E por ultimo vê a educação do trabalhador como Treinamento em que ele “é entendido: preparação do profissional para exercer corretamente uma função ou tarefa dentro da organização. É o treinamento no posto de trabalho ou voltado a ele. É uma função prioritária da empresa” (CASALI, 1997:16).

A alfabetização surge, pois, como possibilidade de desenvolvimento individual, no sentido de eliminar a marginalização, pois marginal seria aquele que não tem condições de se integrar no seu meio Di Rocco (1979). Para ela não só a simples alfabetização, mas a educação na sua forma mais abrangente representaria elementos essenciais de desenvolvimento social.

Segundo Di Rocco o interesse, como mola mestra da aprendizagem, foi demonstrado

como indispensável por inúmeros estudiosos. As crianças são atendidas quanto a esse aspecto no seu mundo escolar; e, atualmente, já está havendo uma concordância também quanto à instrução dos adultos. “A maioria dos educadores concorda que o currículo e os métodos vêm relacionar-se tanto com as metas da educação como com as necessidades do estudante” (DI ROCCO *apud* KIDD, 1979:19).

Nesta mesma linha, Di Rosso apoiando-se no que diz Kempfer em relação à diferença entre a alfabetização do adulto e a da criança, considera:

O fato de o adulto ir a busca de escolaridade, respondendo às pressões de ordem social e econômica para adquirir um diploma, já demonstra por si só que o seu processo de aprendizagem deve ser diferenciado em relação ao da criança.

A educação de adultos, nesse entendimento, deve ser um processo diferenciado da educação infantil, com professores, ambiente e programa apropriados para atender as peculiaridades típicas deste processo de aprendizagem:

A diferença se faz necessária, em primeiro lugar, à vista das formas de desenvolvimento, experiência e porque a atividade escolar do adulto deve responder, de forma perfeita continuidade entre a vida profissional e familiar e a vida escolar. Atendendo a esses elementos, o trabalho do adulto na escola, mais do que as atividades das crianças devem responder as necessidades imediatas da clientela, dando assim um sentido diferente à escolaridade entre adultos e crianças.

Essa é uma distinção necessária ainda que as razões conceituais sejam distintas. Nesse sentido, a educação do jovem trabalhador é pensada em outras bases teóricas, em que, a centralidade é posta não só na distinção adulto e criança, mas no vínculo entre educação e trabalho.

Paulo Freire (1987:20), nessa perspectiva a educação passa por uma alfabetização

em que ela deixa de ser um simples jogo de palavras, porque é através dela que o trabalhador abre novos caminhos numa reconstrução crítica do mundo. A alfabetização, portanto é toda pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra. Em que a palavra humana imita a palavra divina: É criadora.

De acordo com Kuenzer (1994:114), pode-se definir a educação para os trabalhadores em seu conceito mais amplo, superando a idéia de escolaridade para adotar a compreensão de que ela ocorre no interior das relações sociais, reconhecendo a dimensão pedagógica do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. Este conceito mais amplo de educação incorpora o conceito de trabalho, reconhecendo a sua dimensão pedagógica e a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, uma vez que o fim da educação é preparar o cidadão para constituir-se como humanidade participando da vida política e produtiva.

As necessidades básicas, como saúde, segurança, educação sanitária, cultivo da terra, locomoção e outras dependem constantemente da utilização de livros, avisos, anúncios, recomendações, bulas e, sem os conhecimentos adequados, não haveria possibilidade de decifrar essas mensagens, o que restringiria o campo das decisões e a apresentação de melhores soluções. Da mesma forma o indivíduo não poderia ser beneficiado com os recursos advindos da leitura e escrita, no sentido de um maior conhecimento e compreensão do mundo que o cerca.

Um histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos se faz necessário para compreendermos os processos e evoluções ocorridas ao longo do século XX até o início do século XXI.

A discussão do analfabetismo no Brasil, segundo Fávero (2004), se faz presente desde a Colônia e o Império. Somente em 1947, a União lança, em plano nacional, a primeira campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que visava a uma ação ampla, compreendendo a aprendizagem da leitura e da escrita, as operações elementares do cálculo, as noções básicas de cidadania, higiene e saúde, geografia e história, puericultura e economia doméstica para as mulheres, porém praticamente se restringiu à alfabetização.

Em 1945 foi criada a UNESCO, agência das Nações Unidas especializada em educação. Desde sua criação, trabalhou para aprimorar a educação mundial por meio de acompanhamento técnico, estabelecendo parâmetros e normas, criando projetos inovadores, desenvolvendo capacidades e redes de comunicação atuando como um catalisador na proposta e disseminação de soluções inovadoras para os desafios encontrados. O estreito contato com Ministérios da Educação e outros parceiros em 188 países colocaram isso como eixo central de ação.

O Brasil faz parte do E-9, grupo dos países mais populosos do mundo, em que a UNESCO promove ações prioritárias de desenvolvimento no Setor de Educação. A principal diretriz da UNESCO é a Educação para Todos, onde são desenvolvidas ações direcionadas ao fortalecimento da capacidade nacional, acompanhamento técnico, apoio à implementação de políticas nacionais de educação através de diversos projetos, aprimoramento e democratização da educação em todos os seus níveis e modalidades.

Segundo Di Rocco (1979:116), O Plano do Departamento de Ensino Supletivo do MEC constante no documento “Estratégia Nacional do Ensino Supletivo”, apresentou as diferentes nuances que a Educação de Adultos estava adquirindo no país e que ainda se faz

necessário ressaltar. O aspecto a ser destacado refere-se ao tratamento dispensado ao adulto como ser despreparado para enfrentar o mercado de trabalho, dando a impressão de que bastaria instruí-lo para que tudo se solucionasse. Essa posição é simplista face à realidade, outros fatores devem ser considerados, tais como:

I – o adulto é um indivíduo que possui uma história de vida: analfabeto ou não é um ser vivente, participante e rico em experiência que, por terem sido vivenciadas, marcam seu “modo de ser”, suas atitudes, sua concepção do mundo;

II – a escolaridade, embora de grande valor – particularmente quando voltada para a integração dinâmica do homem ao meio social -, não garante, por si só, a melhoria das condições profissionais do indivíduo. Outros fatores deverão ser considerados, dentre os quais a própria disponibilidade do mercado de trabalho. Como investimento à taxa de retorno, a educação (ou a escolaridade) “é mais durável do que a maioria das formas de capital não humano reproduzível”, porém há de se levar em conta outros fatores cuja interferência pode afetar a própria rentabilidade do sistema de ensino;

III- a expressão “preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho” parece refletir uma relação direta e inquestionável entre o papel profissionalizante do ensino (como causa) e o “inevitável” desenvolvimento (como consequência).

O “mercado de trabalho” é responsabilidade do sistema econômico e não educacional. É o plano do desenvolvimento que se situa a questão da ampliação e diversificação das oportunidades profissionais. Cabe ao sistema educacional a tarefa de “orientar” o educando no sentido de suas possibilidades e potencialidades, além de garantir,

ao nível de escola, amplas oportunidades de opção. É neste sentido que ambos os sistemas – econômico e educacional – devem caminhar juntos, a fim de responder à realidade em seu duplo aspecto: os dos interesses individuais e o das necessidades e exigências sociais.

Se as mudanças tecnológicas, sociais e políticas podem influir na educação, esta por sua vez deve apresentar uma força em prol do desenvolvimento. Assim entendida a educação seria considerada como uma forma de estoque de capital ou de investimento no capital humano, onde a escolaridade representaria um item importante, entre outros fatores como: migração, saúde, informações econômicas e treinamento no trabalho (DI ROCCO,1979:116).

Segundo este mesmo autor, o relatório da Conferência de Elsinor, realizado em 1949, na Dinamarca, delineou o quadro da Educação de Adultos nos seguintes termos:

O indivíduo não vive isolado, nem somente para si mesmo, pertence a uma família e a determinados grupos econômicos, sociais e nacionais, com os quais tem certas obrigações. Uma educação democrática em que conseguir um equilíbrio entre o direito do indivíduo a viver livre e humanamente e os deveres com a comunidade a qual pertence. Assim, a função da educação de adultos consiste em proporcionar aos indivíduos os conhecimentos necessários para o desempenho de suas funções sociais, econômicas e políticas, e, especialmente, em capacitá-los mediante a participação na vida de suas respectivas comunidades, para viver de modo mais completo e harmonioso. Por conseguinte, o objetivo da educação de adultos não consiste tanto em instruir como formar, em tratar de criar um ambiente de curiosidade intelectual, de liberdade social e de tolerância, desenvolvendo em todas as pessoas o desejo e a capacidade para participar do desenvolvimento da vida cultural de sua época.

A educação para uma civilização em mudança, não deve ser unilateral, formando o profissional ou o trabalhador ou o homem de cultura. O mundo em constante mudança conquistou certos padrões irreversíveis, como a necessidade e o direito à educação para todos. Essa educação não formará o especialista apenas, mas deverá formar o homem, entendido como o conjunto harmônico de potencialidades a serem desenvolvidas, tanto do ponto de vista físico quanto intelectual e moral.

Segundo Motta (1986), no período imediatamente anterior a 64, surgiu três grandes movimentos pedagógicos-culturais que representam marcos fundamentais para a história da educação e da cultura no Brasil, que foram: O Movimento de Cultura Popular (MCP), Movimento de Educação de Base (MEC) e o Centro Popular de Cultura (CPC).

1960/1961 Oliveira Guanais. Aldo Arantes. Na Presidência do primeiro, começa-se a elaborar a criação de um centro popular, que só no ano seguinte se efetiva. Cresce o predomínio da AP (Ação Popular). Movimento pela reforma universitária do país, que consegue repercutir em todas as áreas, a partir da "Carta do Paraná". Criação do Centro Popular de Cultura (CPC) Criação da UNE-VOLANTE, que leva por todo o país a discussão da reforma universitária, o teatro e o cinema populares.

O MCP tinha por objetivo promover a educação das massas e valorizar a suas expressões culturais, no sentido de levá-las a uma atuação política comprometida com a transformação da sociedade (MOTTA,1986). Segundo Fávero (2004) outra das experiências-matriz do início dos anos de 1960, o MCP realiza a proposta de atendimento educacional tanto para crianças quanto para adultos, recuperando a cultura como elemento fundamental de compreensão e transformação da realidade.

O MEC movimento educativo preocupado especificamente com a educação e cuja responsabilidade pedagógica ficaria a cargo da Igreja Católica (MOTTA,1986). Segundo Fávero (2004) o MEC elaborou o conjunto didático Viver é Lutar, para alfabetizando e pós-alfabetizados do meio rural nordestino.

O MEB é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, constituído como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal, tendo sido fundado em 21 de março de 1961. Tem por missão a promoção integral, humana e cristã de jovens e adultos, desenvolvendo programas de educação de base. Há 42 anos realiza ações diretas de educação de base em diversas regiões do Norte e Nordeste do país, nos estados do Amazonas, Maranhão, Pará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

A coordenação pedagógica, o controle administrativo e a avaliação de resultados das ações em buscar a promoção integral, humana de jovens e adultos, desenvolvendo programas de educação popular na perspectiva de formação e qualificação das camadas populares e promoção da cidadania, buscando trilhar os caminhos de superação de perversos mecanismos de exclusão social.

No congresso Mundial de Ministros de Educação, realizado em 1965, a Unesco identifica o método funcional de alfabetização, isto é, o treinamento de mão-de-obra mais produtiva (GADOTTI, 2005:35), como elemento para o desenvolvimento. O objetivo não é o simples domínio da leitura e escrita, mas a formação de uma nova mentalidade. Visa-se uma melhor integração do homem com o meio urbano-industrial e às exigências técnicas do mundo moderno. A alfabetização funcional distingue-se da alfabetização dita tradicional por que não representa uma ação isolada, distinta, representativa de um fim em si mesmo, mas considera o analfabeto em situação de grupo, em função de um meio dado e em sua perspectiva de desenvolvimento (DI ROCCO,1979:98).

Em 1967 com sede no município de Feira de Santana, foi fundado o Movimento de Organização Comunitária - MOC surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica. Gradativamente, foi se tornando autônomo, mantendo, contudo, boas relações de parceria não apenas com a Igreja Católica, como com Igrejas Evangélicas.

Desde o começo, o objetivo do MOC sempre foi despertar as pessoas para os seus direitos, incentivá-las a se organizar para que, deste modo, pudessem exercer sua cidadania. A iniciativa se esboça com o desenvolvimento de atividades de apoio e fortalecimento de associações comunitárias rurais e urbanas. Neste período, motivados pelo MOC e pela Diocese de Feira de Santana, se fortalecem entidades como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Feira e, aos poucos, o trabalho se estende a outros sindicatos, associações e organizações da região.

Um dos objetivos do MOC era Programa de Educação Rural, que visava contribuir na construção de uma proposta de educação de melhor qualidade, a serviço do desenvolvimento local e territorial, valorizando a identidade e a cultura, através da construção de conhecimento que sirvam para fortalecer a agricultura familiar.

Estes Movimentos de Educação Popular foram desarticulados a partir do golpe militar de 64, por terem sido vistos como uma grave ameaça à ordem, ficando apenas o MEB, que prossegue com seus trabalhos, porém inteiramente reformulado e sem a mesma força e penetração que o caracterizava antes da ditadura militar. A sobrevivência do MEB deve-se além do fato de pertencer a CNBB, ter concordado em efetuar mudanças teórico-metodológicas e proceder à substituição de alguns membros dos seus quadros progressistas. (MOTTA,1986).

O Governo Militar, tendo em vista esse desmantelamento dos projetos ligados aos movimentos sociais, elabora o seu próprio projeto para a alfabetização de adultos. Para isto, promulga em 1967 pela Lei número 5.379, que cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização. Essa organização foi constituída com autonomia em relação ao Ministério da Educação. A orientação, supervisão pedagógica e a produção de materiais didáticos eram centralizadas no governo federal, ficando a responsabilidade pela execução das atividades nas comissões municipais que foram instaladas em todo o país.

O MOBREAL afirmava que a alfabetização de jovens e adultos deveria visar a “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana), vê que o objetivo do MOBREAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida.

A criação do MOBREAL é pensada, como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBREAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do trabalhador.

O Mobral, que inicialmente tinha a missão de coordenar as atividades de alfabetização de adultos em curso, a rigor restritas à Cruzada ABC, e as experiências de alfabetização funcional, tutelada pela Unesco. O Mobral se converteu no maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizados no país, com inserção em praticamente todos os municípios brasileiros. Além da alfabetização, que

concretamente representou a certificação de milhares de trabalhadores mobilizados para as grandes obras públicas e para a construção civil, o Mobral desenvolveu também o Programa de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental. (FÁVERO,2004).

Com o fim no final da ditadura militar, o Mobral é substituído pela Fundação Educar, agora dentro das competências do MEC e com finalidade específica de alfabetização atuando como via de apoio financeiro e técnico não exercendo diretamente os programas, ficando a cargo de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas.

No Brasil a Lei de Diretrizes e Base da Educação de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece no Artigo 37 que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, devendo:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Em 1997 começou com o apoio da UNESCO, o Projeto Alfabetização Solidária que é um das ações desenvolvidas pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária. O propósito principal do projeto é a erradicação do analfabetismo entre a população de 15 e 19 anos de idade, dando prioridade aos municípios com taxas mais altas de analfabetismo e aos centros mais populosos no Brasil, através da parceria entre o setor público e o privado.

O projeto pretende o desenvolvimento e consolidação da consciência de cidadania, recuperando e integrando a grande parte da população excluída da sociedade instruída;

fomentar parcerias com Universidades e municípios no processo de avaliação de Projeto; planejar, supervisionar e disseminar as atividades do projeto implementado com as universidades, municípios e empresas privadas; co-associar e integrar, tanto quanto possível, iniciativas e ações para a inclusão e continuidade dos estudos desses estudantes recém instruídos, no âmbito da educação básica regular para jovens e adultos, o chamado supletivo.

O Projeto Alfabetização Solidária vem atuando com o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo e ampliar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Atua mediante um processo de mobilização social e a articulação de um conjunto de parcerias mantidas com empresas, organizações, instituições de ensino superior, pessoas físicas, prefeituras, governos estaduais e federal (MEC) e tem contribuído para a diminuição dos índices de analfabetismo com a formação de mais de mais de 4 milhões de brasileiros.

O segundo Congresso Internacional sobre o ensino técnico e profissional, organizado pela UNESCO em cooperação com a República da Coreia, ocorreu em Seul no período de 26 a 30 de abril de 1999. Teve como objetivo garantir aos Estados membros da UNESCO uma tribuna visando à renovação da política nacional de ensino técnico e profissional (ETP) a fim de abordar a questão do trabalho e os outros desafios sócio-econômicos dos primeiros anos do século XXI.

Essas tendências sociais e econômicas ditam a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento centrado na cultura da paz e no desenvolvimento sustentável do ambiente. Em conseqüência, os valores, as atitudes, as políticas e as práticas do ETP devem ter como fundamento esse modelo que englobará a integração e o maior acesso, uma reorientação dirigida às necessidades do desenvolvimento humano e autonomia para participar eficazmente

do mundo do trabalho. A ênfase deve recair sobre as necessidades e o potencial do indivíduo na sociedade. O ETP tem um papel decisivo a desempenhar neste novo modelo oferecendo qualificações a todos, integrando os pobres e os excluídos de forma que a educação permaneça um direito fundamental do ser humano que ele possa exercer. A generalização do ETP e das competências de aprendizagem que ele confere favoreceria o acesso de todos os cidadãos do mundo à educação. É necessária uma nova abordagem holística de maneira que a educação para o século XXI abranja todos os domínios da aprendizagem, incluindo a formação geral e profissional, permitindo ao formando do século XXI adquirir constantemente, ao longo de toda a vida, conhecimentos, valores e atitudes, competências e qualificações. A finalidade desta abordagem seria a criação de uma sociedade educativa.

O Fórum Mundial de Dacar, de abril de 2000, fixou algumas metas da Educação para Todos, abrangendo assim os compromissos assumidos em São Domingo pelos Ministros da América Latina e do Caribe, através do seu Plano de Ação. Os Ministros se comprometeram a fazer com que os Estados trabalhem em conjunto com a sociedade civil nas políticas, estratégias e ações destinadas a alcançar as metas estabelecidas. Entre as metas a serem alcançadas está a preocupação com aqueles que abandonaram a educação formal sem ganhar acesso a uma educação de qualidade. A realidade do atual mercado de trabalho, em um contexto de poucas oportunidades para o emprego formal, exige o treinamento para o emprego, superando obstáculos para assegurar uma transição efetiva do sistema escolar para o emprego.

Reconhecendo a importância da Educação de jovens e adultos o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), alerta para a função reparadora da EJA como resgate do direito negado ao acesso à educação

escolar. Sabedores da dissociação da educação profissional e tecnológica e da educação básica considera-se imperioso, portanto, adotar medidas que resgatem a educação de jovens e adultos, inserindo-a no âmbito dos princípios e práticas da educação profissional e tecnológica, bem como vinculando-a a educação básica.

Dentre as ações a serem desenvolvidas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos é de adotar mecanismos de articulação da educação de jovens e adultos trabalhadores à educação profissional e tecnológica com a participação conjunta dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia e outros, bem como das Secretarias de Educação, de Trabalho, de Ciência e Tecnologia e outras, implementar medidas que valorizem a educação de jovens e adultos no mesmo patamar da educação profissional e tecnológica, propondo, inclusive, matrículas conjuntas como mecanismo de inclusão social.

A educação de jovens e adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como insulto ou “vacionado” apenas a tarefas e funções “desqualificadas” nos segmentos de mercado (SOARES,2002).

Para este mesmo autor o sentido da EJA é uma promessa a ser realizada na conquista de conhecimento até então obstaculizados por uma sociedade onde o imperativo do sobreviver comprime os espaços da estética, da igualdade e da liberdade. Esta compreensão, por outro lado, também gerado, pelo desemprego ou pelo avanço tecnológico nos processos produtivo,

um tempo liberado. Este tempo se configura como um desafio a ser preenchido não só por iniciativas individuais, mas também por programas de políticas públicas. Muitos jovens ainda não empregados, desempregados, empregados em ocupações precárias e vacilantes podem encontrar nos espaços e tempos da EJA, sejam funções de reparação e de equalização, seja na função qualificadora, um lugar melhor de capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significação às experiências sócias culturais trazidas por eles.

Os Ministros da Educação da América Latina e do Caribe, reunidos a pedido da UNESCO, na VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para Educação (PROMEDLAC VII), realizada em Cochabamba de 5 a 7 de março de 2001, reconhecem que a execução desse projeto no curso das duas últimas décadas representa o esforço mais importante por parte dos países para tornar a educação uma prioridade nas nossas agendas de desenvolvimento.

Como afirma Paiva (2004) “alfabetizar sem a garantia da escolarização é insuficiente para alterar o quadro da desigualdade e da exclusão do direito a educação”. Como sujeito de um direito interditado socialmente, jovens e adultos, quando imersos na atividade do trabalho, são exigidos, contraditoriamente, da competência para aquilo que lhes foi interditado: saber ler e escrever. Se não são trabalhadores, não saber ler e escrever acaba sendo a causa eficiente que lhes faz passar de vítimas a culpados.

No Brasil as Políticas Públicas para a Educação de abril de 2004 ressaltam:

Incorporar a educação básica (fundamental e média) como um direito garantido que deverá ser assegurado pela universalização desta educação, por meio da oferta pública e gratuita, pela democratização do acesso e garantia de permanência. É preciso, pois, assumir o acesso à escola pública de qualidade, que garanta a todos os cidadãos, a satisfação da necessidade de um contínuo aprendizado

é direito iniludível do povo. Nesse sentido, a educação é um direito social básico e universal, de importância fundamental, para a construção de uma nação autônoma, soberana e solidária na relação consigo mesma e com outras nações. A educação básica, além de ser crucial para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de dependência científica, tecnológica e cultural do país.

Plano Nacional de Educação sob a coordenação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e, por intermédio do convênio NUPES-USP/UNESCO, foi elaborado o Plano Nacional de Educação para atender aos dispositivos legais em vigor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Darcy Ribeiro) determinou a elaboração desse Plano, "com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos".

Nos fundamentos, o MEC considerou não somente a Declaração de Jomtien, como os objetivos acordados em Dacar, destacam-se dois relacionados à alfabetização e à educação de jovens e adultos:

- Garantir que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo equitativo, por meio de acesso a programas de aprendizagem apropriados;
- Atingir, até 2015, 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos, em particular para as mulheres, em conjunção com o acesso equitativo à educação básica e continuada de adultos.

Outros compromissos e recomendações internacionais foram considerados, entre eles a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento na cidade do Cairo e, 1994, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, também foram levadas em conta as

Declarações de Nova Deli e Amann sobre educação para todos (1993 e 1996, respectivamente), bem como as recomendações das Conferências Gerais da UNESCO. A UNESCO/Brasil prestou cooperação técnica ao processo de elaboração e finalização do plano.

A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos (1997) foi outra das recomendações levadas em consideração, pois um novo conceito de educação de jovens e adultos apresenta novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais e de inovação, além de criatividade e flexibilidade. Tais desafios devem ser encarados mediante novos enfoques, dentro do contexto da educação continuada durante a vida. Promover a educação de adultos, usar a mídia e a publicidade local e oferecer orientação imparcial são responsabilidades de governos e de toda a sociedade civil. O objetivo principal deve ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e o bem-estar geral.

Ainda, de acordo com a Declaração de Hamburgo a alfabetização de adulto, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas - a maioria mulheres - que não têm a oportunidade de aprender nem mesmo o acesso a esse direito. O desafio é oferecer-lhes esse direito. Isso implica criar pré-condições para a efetiva educação, por meio da conscientização e do fortalecimento do indivíduo. A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante toda a vida. Portanto, nós nos comprometemos a assegurar oportunidades para que todos possam ser alfabetizados; comprometemo-nos também a criar,

nos Estados-Membros, um ambiente favorável à proteção da cultura oral. Oportunidades de educação para todos, incluindo os afastados e os excluídos, é a preocupação mais urgente. A Conferência vê com agrado a iniciativa de se proclamar à década da alfabetização, a partir de 1998, em homenagem a Paulo Freire.

O reconhecimento do "Direito à Educação" e do "Direito a Aprender por Toda a Vida" é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e de escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas.

Segundo Freire:

A Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências. Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mais além do "penso que é", em torno do mundo e de si no mundo e com ele. Este movimento de superação do senso comum implica uma diferente compreensão da História. Implica entendê-la e vivê-la, sobretudo vive-la, como tempo de possibilidade, o que significa a recusa a qualquer explicação determinista, fatalista da História, mas o tempo histórico sendo feito por nós e refazendo-nos enquanto fazedores dele. Daí que a Educação Popular, praticando-se num tempo-espço de possibilidades, por sujeitos conscientes ou virando conscientes disto, não possa prescindir do sonho. (2005:16)

Alfabetizado é o indivíduo integrado à vida, capaz de ser leitor, escritor e comunicador, garantindo os outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade, superando o conceito restrito de que alfabetizado é o "indivíduo capaz de ler escrever um simples bilhete" (GODOTTI,2005:109).

Para Godotti (2005:107) nas condições atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico,

superando as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo, que mobilize recursos e energia de toda a sociedade, não faltando legitimidade social e base política de sustentação.

Não se pode esquecer que os jovens e adultos analfabetos são fundamentalmente trabalhadores, e que na construção civil estes trabalhadores são submetidos a circunstância de mobilidade nos serviços, periodicidade da obra e cansaço. Neste sentido algumas empresas do setor da construção civil vêm fomentando a educação básica e do ensino profissionalizante durante a jornada de trabalho, com vistas a resolver problemas específicos. Essa educação oferecida aos trabalhadores, que vem ocorrendo no caso específico da construção civil, tem como objetivo mais próximo à obtenção da certificação de qualidade das obras por elas construídas. Essas iniciativas podendo trazer conseqüências positivas não só que diz respeito à qualificação, mas também abre possibilidades de natureza política pedagógica para o trabalhador.

É a partir deste contexto que as empresas de construção civil e seus trabalhadores, começam a desenvolver projetos de formação da mão-de-obra. Essas iniciativas de formação do trabalhador dentro dos canteiros ocorrerão também em Cuiabá.

CAPÍTULO II

O ORELHA-SECA E O MEIA-COLHER: Jovens Trabalhadores da Construção Civil.

A construção civil é conhecida como o setor da economia brasileira que emprega o maior número de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos e com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Segundo Chaves (1994: 38)

Entende-se por qualificação profissional um processo desenhado e posto a funcionar de modo a preparar os sujeitos para o desempenho de um programa econômico-social. Assim, este processo implica, necessariamente, em uma relação entre sujeito e objeto: o sujeito ao qual se deseja capacitar adquire conhecimentos e desenvolve atitudes e destrezas necessárias para exercer o controle do objeto.

A falta de qualificação de mão de obra é responsável pelo não preenchimento de inúmeras vagas de trabalho, mesmo na construção civil, por outro lado, muitos trabalhadores têm dificuldade de encontrar emprego por não terem qualificação específica para a função.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 30% dos trabalhadores registrados da construção civil não sabem ler ou escrever e, em geral, desempenham funções auxiliares com pouca ou nenhuma especialização (SAYEGH,2002:39).

Ireland (2004) salienta que o trabalho da construção civil tanto no Brasil quanto em outros países tem sido exercido por pessoas consideradas, por uma boa parte da sociedade em

que estão inseridas, como marginais, indesejáveis, cidadãos de segunda ou terceira categoria, cujo *status*, numa escala social, ficaria nos últimos degraus. A indústria da construção civil abriga um segmento social, composto geralmente por homens que não conseguem emprego em outro setor, por não pertencerem ao grupo de mão-de-obra especializada, ou por serem analfabetos, “rudes” (sem instrução, ignorante, (FERREIRA,1975:125)), migrantes rurais.

No caso desse setor, considera-se que se deveria exigir, no mínimo, o conhecimento da leitura, uma vez que se faz necessária à interpretação dos manuais de aplicação e utilização dos produtos empregados. Para isso o trabalhador deveria pelo menos, ter sido alfabetizado.

O indivíduo que possuía um conjunto de habilidades que permitia exercer sua função era considerado qualificado. A competência é hoje exigência no meio da construção civil, onde a capacidade de resolver problemas, de trabalhar em equipe, responsabilidade e iniciativa são habilidades exigidas deste trabalhador, que passa a se relacionar de uma nova forma com seu trabalho de maneira que o “saber fazer” não é mais suficiente é preciso “saber ser”.

Hoje para o trabalhador além de fazer, deve ser capaz de pensar, tem de dominar conhecimentos gerais relacionados ou não ao seu trabalho, ser capaz de interpretar textos, gráficos e tabelas, ter conhecimento na área de computação, ter capacidade de interpretação de dados e de decisão, ter iniciativa e crítica, se ser capaz de trabalhar em equipe. Em suma, as exigências foram ampliadas, não apenas no que se refere à educação formal, mas foram acrescidas de toda uma gama de habilidades relacionadas a novas tecnologias, bem como de atitudes e comportamentos (KOBEL, 2004:26).

A maioria dos trabalhadores, que não são alfabetizados, que não possuem qualificação ou receberam treinamento têm menos oportunidades de crescimento profissional

na indústria da construção civil. Esses trabalhadores só encontram serviços como braçal trabalho no qual se exige apenas força e disposição para o trabalho.

A indústria da construção civil no Brasil, e particularmente em Cuiabá, apresenta-se como um grande mercado de trabalho, a esta categoria, possibilitando o ingresso de trabalhadores sem alfabetização em uma atividade que exige pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Para mudar este quadro, muitos são os setores da economia e empresas que investem na educação da mão de obra, desde a alfabetização até a sua qualificação. Algumas experiências obtiveram êxito, como o projeto de alfabetização funcional de operários no setor da construção civil em São Paulo, com a colaboração do SENAI/SESI, e patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Prefeitura da cidade, criado em 1967.

A primeira fase do projeto pretendia atingir trabalhadores qualificados como pedreiros e carpinteiros, analfabetos ou semi-analfabetos, o trabalho de alfabetização sendo realizado fora do local de trabalho. A segunda fase se dava no próprio setor de trabalho e era destinados aos trabalhadores aprendizes que eram analfabetos. A terceira fase previa uma expansão do projeto em todo o território nacional, como também a organização de um programa de acolhida e integração à classe operária paulista dos trabalhadores migrantes vindos de outros estados para o ingresso na construção civil (RONCA, 1979).

Instituições como o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Mato Grosso (SINDUSCON/MT), SESI e FIEMT, têm procurado proporcionar qualificação aos trabalhadores através do programa QUALIFICAR. Em Mato Grosso, este programa visa o

aperfeiçoamento da mão-de-obra no tocante a segurança e medicina do trabalho, em que recebem orientação sobre como operar máquinas e equipamentos, na intenção de com isto evitar acidentes e melhorar o desempenho do trabalhador. Está direcionada para a área de segurança e medicina do trabalho, especificamente na Capital e Várzea Grande locais em que ocorre a maior concentração de empresas do setor da construção civil. A motivação para que os trabalhadores participem deste programa, foi o acréscimo salarial de R\$10,00 (dez reais) por mês, de acordo com informações do Sindicato, pago pelo empregador a todos os trabalhadores que participam do programa.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) define a qualificação social e profissional, como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a consecução dos objetivos de contribuir para promover a integração das políticas e a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego, com a elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, através da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a Educação de Jovens e Adultos, entre outros.

O PNQ entre outros objetivos deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para, a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos trabalhadores brasileiros, aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego, elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, através da articulação com as

políticas públicas de educação, em particular com a Educação de Jovens e Adultos, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações, aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo, elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da Competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Atualmente o programa PNQ é também utilizado quando a empresa necessita da obtenção da certificação do PBPQ-H para levar qualificação aos seus trabalhadores.

Para compreender como ocorre o processo de formação da mão-de-obra da construção civil em Cuiabá e como os empresários do setor compreendem o processo de qualificação destes trabalhadores é que propusemos a realização da pesquisa.

O presente estudo se dá com os trabalhadores que desempenham funções que não necessita de nenhuma qualificação. São os serventes e ajudantes, conhecidos dentro do ramo da construção civil, como *orelha seca* desempenha as funções de serviços gerais e ajudam os pedreiros, carpinteiro, armador, azulejistas bem como em todo o trabalho braçal de transporte de material, escavação, preparo de massa e limpeza da obra.

O *meia-colher*, trabalhador da construção civil, que possui no seu registro de trabalho a função de servente, mas dentro do canteiro passa a exercer algumas atividades exclusivas dos oficiais (pedreiro, amador, carpinteiro e/ou azulejista), isso ocorrendo quando este trabalhador por si próprio apresenta interesse em aprender a exercer alguma destas

funções, o mesmo recebe orientação dos próprios colegas, caracterizando um treinamento informal no canteiro de obra, porém muitas vezes sem a supervisão de encarregado, deixando de exercer a função de *orelha-seca* e passa a condição de *meia-colher*, e passa a receber uma remuneração extra por prestar serviços mais qualificado, sem, contudo constar no seu registro de trabalho, uma vez que, a função de meia-colher é considerada informal dentro da construção civil.

Ao analisar um orçamento de obra de edifício residencial de múltiplos pavimentos, observa-se que o percentual de servente e ajudante é elevado, na ordem de 60% a 70%, dependendo das etapas da obra – início, meio ou fim - e que esse valor, na realidade, pode significar o emprego na construção civil para um grande número de trabalhadores não alfabetizados ou semi-alfabetizados (TCPO, 1999). Esses dados são obtidos da composição de serviços e utilizados na maioria das construtoras como base de cálculo de custo de obra. Com estes dados se obtém o valor total de material e mão-de-obra necessário para concretizar o empreendimento, sendo que, o orçamento do custo da obra é obtido considerando o material empregado e o tempo empregado para a execução calculada em hora-homem, ou seja, todo o valor do serviço cobrado é calculado pelo tempo que o trabalhador leva para executá-lo em metros quadrados, metros lineares, metros cúbicos, quilos de ferro.

Para Ciocchi afirma que:

Uma das dificuldades encontradas para a implementação de um programa de alfabetização de mão de obra, nos canteiros de obras, é a alta rotatividade, comum na construção civil. Rotatividade causada pela periodicidade das obras. Uma obra possui um tempo de execução limitado pelo contrato e caso a empresa executora dos serviços não possua outra obra para ser iniciada, os trabalhadores são dispensados, fazendo com que a perda da condição de trabalhador seja uma constante. Outro fator é o baixo grau de treinamento e a falta de capacitação, que contribuem para o grande número de acidentes no setor da indústria de construção. (2000: 32).

Já para Gonçalves (1977: 87)

O problema da construção civil está relacionado com dois importantes fatores na atualidade, segundo Gonçalves (1977), seria a sua importância na absorção de mão-de-obra em período de desemprego industrial crescente e o déficit habitacional no país. A reversão deste problema se vincula a duas questões de nível macroeconômico: “a constituição de mecanismos de financiamento ao investimento habitacional e a equalização da questão da infra-estrutura de saneamento”.

A crise macroeconômica refletiu-se na construção civil a partir de dois elementos: a estagnação da renda agregada doméstica, que inibiu as atividades de investimento em geral e a falência dos mecanismos de financiamento ao investimento habitacional, criados em finais da década de sessenta.

A alfabetização ajuda a manutenção das medidas de segurança implantadas nas empresas, ao mesmo tempo em que promovem uma maior integração dos trabalhadores com a sociedade. Segundo Sayegh (2002:39), os trabalhadores participantes de programas de alfabetização e qualificação sentem-se mais motivados.

A Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, na NR-4 diz que:

As empresas, independente do setor da economia, devem aplicar os conhecimentos de Engenharia de Segurança do Trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador. Deve ainda, promover a realização de atividade de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas, quanto de programas de duração permanente. (BRASIL, Segurança e Medicina do Trabalho, 1977:29).

Para Sayegh (2002: 39) a incidência de acidentes no trabalho na Construção Civil é o “calcanhar de Aquiles” do processo de melhoria de qualidade das obras, movimento que ganhou força, no Brasil, no início da década de 90. Mas o panorama dos acidentes de trabalho esconde, ou revela uma outra face da realidade nacional: a existência de uma massa de trabalhadores desqualificados, e em grande parte analfabeta, que se movimenta pelos canteiros do País.

Segundo este mesmo autor, as pesquisas no setor revelaram que a origem dos acidentes não era condicionada somente pela falta de qualidade e de organização dos canteiros. Muitas vezes os construtores disponibilizavam equipamentos e medidas de segurança. Os operários, porém, não conseguiam ler ou compreender os avisos. Por esse motivo, as ações de prevenção contra acidentes começaram a ser fundamentar na linha de alfabetização básica dos operários. Quando o operário consegue ser alfabetizado, ele consegue avaliar de uma forma mais rápida, a necessidade da prevenção.

Já Medeiros (2004:38) afirma que:

O saber operário pode se manifestar em relação à segurança e saúde do trabalho na indústria da construção civil no momento que cria soluções, pois acaba reconhecendo as falhas do sistema de gestão de segurança. Além disso, questiona a exclusividade dos serviços especializados de segurança e medicina do trabalho, uma vez que os mesmos tomam como competência exclusiva à determinação das medidas de segurança nos sistemas de produção.

Ressalta ainda que a educação não deva, porém, ser disposta de forma assustadora e compulsória, pois os trabalhadores bem sabem que as rédeas da segurança não evitarão todos os acidentes. Forçá-los a uma política radical de segurança é, antes de tudo, lembrá-los que o perigo existe e, ao mesmo tempo, torna-lhes a tarefa mais difícil, e dessa forma, mais carregadas de ansiedade.

Em Mato Grosso, por exemplo, para estimular os trabalhadores braçais a freqüentarem as salas de aulas, foi instituído, como já mostramos acima, um abono salarial. Os trabalhadores do Nordeste apresentam um perfil parecido com o verificado em todo o país. O que chama a atenção é que são trabalhadores com baixa escolaridade e alto grau de analfabetismo funcional. O instituo Paulo Montenegro que realiza esses levantamentos

estatísticos considera como analfabetos funcionais pessoas que sabem assinar o nome, mas não consegue ler e entender um bilhete simples, entendido como a incapacidade para desempenhar a função. Isso se reverte no principal obstáculo à implantação de programa de qualificação profissional.

Segundo Ciocchi (2003:43):

3,93% dos operários entrevistados são analfabetos, enquanto o percentual de operários que possuem o segundo grau completo é de apenas 1,96%. Se for adotado o conceito de analfabeto funcional, esse número sobe para 33,34%, o que significa que 1/3 da mão-de-obra é incapaz de ler um procedimento de execução ou uma simples placa de segurança. Verifica-se que 89% dos entrevistados não possuem primeiro grau completo. Segundo o Sinduscon-BA (2003), em dados de 1999, o setor de Edificações é o que apresenta o mais baixo índice de escolaridade entre os sub-segmentos.

Os resultados da pesquisa de Ciocchi não apresenta grandes modificações em relação à realidade de Cuiabá neste início de século, segundo mostra pesquisa realizada pelo SENAI em 2002.

- Evidenciando a necessidade da formação educacional desses trabalhadores, visto que uma parcela significativa (38,24%) não está capacitada para desempenhar outra função. Questionados sobre a possibilidade de voltar a estudar a maioria (81,37%) afirmam que gostaria de retornar à escola, enquanto 16,67% não pretende voltar e 1,96% retornaram e estão estudando.

- O número de trabalhador com algum tipo de formação profissional, na construção civil, é muito reduzido (3,92%). Esse índice aponta para a possibilidade de que o aprendizado ocorra através da observação de outros profissionais, o que pode conduzir a “vícios” e comprometer os padrões de qualidades e boas técnicas da empresa.

Essa realidade reflete o panorama do Brasil no que se refere à situação educacional da mão de obra do setor da construção civil. Mudanças sutis podem ser observadas na região Sudeste e Sul, mas não são significativas a ponto de mudar esse panorama, segundo Rodrigues (2000).

Na década de 1990, deu-se a introdução de novas técnicas de produção na indústria da construção, aliada à busca da melhoria da qualidade, do controle de desperdício e da cooperação no local de trabalho. Mudanças de caráter gerencial e organizacional também provocaram melhorias nas condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho, segundo Ireland (2004), e com a busca da certificação (ISO 9000 e ISO 9002) a mudança de atitude por parte do empregador se acelerou, fazendo com que reconhecesse o valor da educação básica para qualquer processo de qualidade.

A "*International Standardization Organization*" (ISO) é uma organização, sediada em Genebra (Suíça), reconhecida e aceita internacionalmente no estabelecimento de normas técnicas desenvolvidas e avaliadas no âmbito de competência de suas delegações nacionais.

As normas ISO 9000 (Sistemas de qualidade) foram elaboradas, inicialmente, enfocando a necessidade de "manejo de qualidade". Nessas normas, a qualidade é entendida como "todas as características de um produto ou serviço que são exigidas pelo consumidor" e o manejo de qualidade como "o que a organização necessita assegurar que seu produto tem em conformidade com as exigências do consumidor".

A norma ISO 9001 estabelece os requisitos para assegurar a qualidade dos processos de produção, ou seja, estabelece critérios que possibilitem: a) agregar fator de confiabilidade

ao produto; b) atender a demanda de cliente; c) atentar para a conformidade na produção; d) orientar o acompanhamento por processo relevante para a qualidade; e) ser aplicável a processo ou à parte da organização.

As normas prescritas nas ISO 9000, em vigor desde meados de 1987, tiveram sua mais recente atualização em Dezembro de 2000, e tornou-se válida no Brasil, como NBR ISO 9001, no dia 29 de Janeiro de 2001.

O Instituto Brasileiro de Normas Técnicas (INMETRO) representa o Comitê Brasileiro de Certificação - CBC (criado pela resolução CONMETRO n.8 de 24/08/92) na ISO e, assim possui, além das responsabilidades atribuídas as seus membros, a de divulgar, avaliar e preservar a aceitação, o uso e integridade da marca ISO. A ABNT é o organismo de certificação brasileiro, credenciado pelo INMETRO, para atuação em certificação de sistemas de garantia de qualidade no país e também de produtos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), atua desde 1950 no desenvolvimento de programas de certificação apropriados a diversas áreas da sociedade brasileira, em conformidade com os modelos internacionalmente aceitos e estabelecidos no âmbito do Comitê de Avaliação da Conformidade (CASCO) da “*International Standardization Organization*” (ISO).

Segundo a ABNT, define-se por Normalização,

(...) processo de estabelecer e aplicar regras a fim de abordar ordenadamente uma atividade específica, para o benefício e com a participação de todos os interessados e, em particular, de promover a otimização da economia, levando em consideração as condições funcionais e as exigências de segurança.

Surgiram experiências de trabalhadores criando e desenvolvendo projetos educativos. Um exemplo importante de envolvimento dos trabalhadores nos seus próprios projetos educativos, segundo Ireland (2004:53), é o Projeto Escola Zé Peão que contribuiu para a educação dos trabalhadores da construção civil em João Pessoa.

O projeto Escola Zé Peão faz parte de uma luta operária. As dificuldades do movimento sindical em se ajustar às profundas mudanças que aconteciam no mundo e nas relações de trabalho, e a existência de acomodação na diretoria do sindicato. Nas avaliações feitas, o baixo grau de escolarização dos trabalhadores da construção foi apontado como fator impeditivo à implementação da proposta, no sentido de estabelecer a organização sindical em bases democráticas.

Segundo Ireland (2004:65):

O desafio do sindicato era devido à instabilidade e o alto índice de rotatividade da mão-de-obra. Essa instabilidade seria consequência do processo de produção e decorria também do fato de que a indústria da construção depende, fortemente, de investimento do poder público (governos federal, estadual e municipal) e, além disso, os processos de produção ainda se baseiam na utilização intensiva de mão-de-obra, na maior parte da qual pouco qualificada. A força de trabalho empregada na construção ainda é quase exclusivamente masculina e predominantemente jovem, situando-se a maioria na faixa etária entre 18 e 40 anos.

Em Cuiabá aos índices de analfabetismo e qualificação profissional podem ser observados na pesquisa realizada pelo Senai-MT, com o objetivo de formar mão-de-obra para a construção civil. Nesta pesquisa o Senai-MT traçou o perfil dos trabalhadores da Construção Civil. Para isso foram entrevistados 493 empregados das maiores construtoras atuantes. Do total de trabalhadores entrevistados, constatou-se que 40% estão na faixa entre 18 a 30 anos de idade e 24% destes trabalhadores exercem a função de serventes, a pesquisa não

mencionou se o trabalhador que exerce a função de meia-colher, sendo esta uma função informal. Esse profissional na pesquisa é considerado como participante de outras atividades não qualificadas. Esses trabalhadores (outros, 41%), são os serventes em formação para pedreiro, e servente com a função de serviços gerais.

Com objetivo de melhoria na qualidade das obras da construção civil no Brasil, foi criado o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), Formalmente inserido como um dos programas do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), do Governo Federal é também um dos instrumentos do Governo Federal para cumprimento dos compromissos firmados pelo Brasil quando da assinatura da Carta de Istambul (Conferência do Habitat II – 1996).

Objetivos do PBQP-Habitat é organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva.

A busca por estes objetivos envolve um conjunto bastante amplo de ações entre as quais se destacam a: qualificação de construtoras e de projetistas; melhoria da qualidade de materiais; formação e re-qualificação de mão de obra; normalização técnica; capacitação de laboratórios; aprovação técnica de tecnologias inovadoras; comunicação e troca de informações. Desta forma, espera-se o aumento da competitividade no setor, a melhoria da qualidade de produtos e serviços, a redução de custos e a otimização do uso dos recursos públicos. O objetivo de longo prazo é criar um ambiente de isonomia competitiva que propicie soluções mais baratas e de melhor qualidade para a redução do déficit habitacional no país e, em especial, o atendimento das famílias consideradas de menor renda.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade foi criado em 1991, com a finalidade de difundir os novos conceitos de qualidade, gestão e organização da produção que estão revolucionando a economia mundial, indispensável à modernização e competitividade das empresas brasileiras. Da mesma maneira propõe-se a promover a qualidade e produtividade do setor da construção habitacional, com vistas a aumentar a competitividade de bens e serviços por ele produzidos.

De acordo com as diretrizes do Programa:

I – atuação integrada do poder público e parceria entre agentes públicos e privados;

II - descentralização e desburocratização de procedimentos, de modo a respeitar as diversas realidades regionais;

III - fortalecimento da estrutura produtiva do setor no que diz respeito à sua capacidade tecnológica e gerencial;

IV - estímulo à implementação de programas evolutivos de aperfeiçoamento da qualidade e aumento da produtividade por parte dos participantes do programa;

V - fortalecimento da infra-estrutura laboratorial e de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico e de prestação de serviços;

VI - incentivo à utilização de novas tecnologias para a produção habitacional;

Constituem-se objetivos específicos do Programa:

I - fomentar o desenvolvimento e a implementação de instrumentos e mecanismos de garantia de qualidade de projetos, obras, materiais, componentes e sistemas construtivos;

II - estruturar e animar a criação de programas específicos visando a formação e a re-qualificação de mão-de-obra em todos os níveis.

Em Cuiabá-MT os estudos relativos à educação na construção civil são ainda incipientes, concentrado apenas nas questões de qualificação profissional em parceria com o governo federal, porém este setor da economia brasileira em Cuiabá encontra-se em fase de franca expansão, bem como em todo o Estado de Mato Grosso com inúmeras cidades em surgimento e crescimento.

Tendo em vista esta situação exposta, questiona-se qual o nível de educação mínimo necessário para o trabalhador da construção civil, exercerem suas funções, com qualidade, segurança e de respeito a seus direitos civis. Seria este mesmo trabalhador capaz de entender a relação trabalho-educacão na construção Civil? Este questionamento se faz pertinente tendo em vista a própria hierarquia do setor, na qual se estabelece funções e responsabilidades distintas de acordo com o cargo do trabalhador.

CAPÍTULO III

O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E TREINAMENTOS OFERECIDOS PELAS EMPRESAS

Em Cuiabá em razão da necessidade de obter o certificado do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat, vem oferecendo aos seus trabalhadores cursos de alfabetização e treinamento. Nosso trabalho procurou verificar como os trabalhadores lidam com esses programas oferecidos pelas empresas.

Selecionamos trabalhadores da empresa Concremax, porque foi à primeira empresa a obter a certificação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), em Mato Grosso, cujo programa propõe a organizar o setor da construção civil, tentando melhorar a qualidade das habitações e a modernizar a construção de residências e outros tipos de obras.

A Concremax é uma empresa conhecida no meio empresarial da construção civil em Cuiabá, como fornecedora de concreto pré-misturado para obras de outras construtoras. No final da década de 80 do século XX a referida empresa entrou no mercado da construção de casa popular, com financiamento federal, e começou então a preocupar-se com a formação de mão-de-obra e a qualidade das obras por ela executada.

A Concremax se viu obrigada a integrar ao PBQP-H em 2002, quando o governo do Estado de Mato Grosso, passou a exigir que todas as empresas que quisessem participar de licitações públicas, na área da construção civil, teria que ter a certificação do PBPQ-H.

Definida a empresa, procuramos saber como ela realizava seu programa de alfabetização e treinamento. Para tanto entramos em contato com proprietário da empresa que indicou a pessoa responsável por este trabalho. Foi elaborado o roteiro de entrevista semi-estruturada para ser aplicada ao responsável pelo programa composto de três blocos temáticos. O primeiro bloco tratou da identificação do entrevistado. O segundo, trata da participação da empresa no programa PBQP-H, e o terceiro tratou das atividades de treinamento e cursos de alfabetização oferecidos pela empresa.

Após integrar o PBPQ-H, apesar de já oferecer curso de alfabetização e qualificação para os seus funcionários, a empresa precisou ampliar suas ofertas de qualificação, para cumprir as exigências do referido programa.

A Concremax, segundo depoimento da engenheira Renata de Aquino Moreira Figueiredo, responsável pela implantação do programa,

Encontrou muitas dificuldades em efetivar essas qualificações, sendo uma delas a de mobilização das pessoas responsáveis pelo treinamento, que não eram de Cuiabá. Essas pessoas eram contratadas pelo SESI e SENAI, os honorários e custo de deslocamento eram bancados pela empresa elevando muito os custos de capacitação, tornando-os inviáveis.

O SESI é uma instituição de direito privado que tem como objetivo a promoção da educação, a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial e com o programa SESI Educação do

Trabalhador tenta elevar a escolaridade de trabalhadores brasileiros com idade superior a 14 anos. O SENAI tem por objetivo promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais. Estas duas instituições buscam contribuir para a competitividade da indústria e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A Concremax deixou de utilizar a contribuição do SENAI e SESI, e implantou com um custo mais baixo uma sala de aula no canteiro, com isso está facilitando o acesso do trabalhador na sua formação, fazendo com que os trabalhadores não percam tempo no deslocamento do local de trabalho e a aula. Ali mesmo ele toma banho, lancha e participa das aulas.

Outra dificuldade encontrada para a manutenção do programa de alfabetização é a desistência dos alunos durante o processo.

Segundo ela:

Os jovens da construção civil não vão para a sala de aula senão forem obrigados. Esse problema é uma das dificuldades encontradas pela empresa na formação de seus funcionários, sendo que, os trabalhadores que mais participam dos programas são os com idade acima de 28 anos. Observamos que os alunos com idade mais avançada tinham mais interesse em participar das aulas de alfabetização e de treinamento. Alguns alunos desistiram da alfabetização e verificamos que estes alunos que desistiram tentaram fazer com que os outros que ficaram também deixassem de estudar, ficavam tirando “sarro” dos que estavam estudando, mas estes não desistiram.

Segundo Freire (2003:119) o educador deve ter o papel fundamental de dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas. O educador deve ser apenas o colaborador não podendo a alfabetização ser feita de cima para baixo, como uma adoção ou imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto. O analfabeto aprenderá criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando para ser o agente do aprendizado.

Esta experiência de alfabetização realizada no canteiro de obra pode ter contribuído para que a empresa percebesse que havia a necessidade de formar o trabalhador no tocante a qualidade de serviço e que apenas alfabetizar não era o suficiente para que isto ocorresse. Passando então à formação profissional destes trabalhadores com a oferta de diversos cursos de treinamento nas atividades afins dentro do canteiro de obra, com isso a empresa começa a melhorar a qualidade final dos seus produtos, no caso as obras.

Nestes treinamentos as técnicas de trabalho desenvolvido pela empresa são passadas aos trabalhadores no canteiro de obra, sendo que os funcionários mais capacitados ensinam os menos. Este trabalho sempre acontece com a supervisão de um técnico em engenharia e do encarregado.

Ainda de acordo com o depoimento da Engenheira Renata,

Após a qualificação dos trabalhadores no canteiro de obra ocorreram melhorias na qualidade dos serviços prestados por estes funcionários. Observou-se após a qualificação que os canteiros de obras estão limpos, sem marmiteix ou outros materiais espalhados. Os desperdícios de materiais das obras praticamente acabaram, que antes eram motivos de reclamação constante pela empresa, a armazenagem precária, a preparação de massas ocorria de maneira incorreta e diminuía sensivelmente o re-trabalho (que consiste em refazer determinado serviço duas ou mais vezes), devido à falta de qualidade. Com a qualificação dos trabalhadores a empresa ganhou na qualidade da obra e no comprimento do prazo de entrega. A capacitação dos trabalhadores se estendeu desde como manter sua higiene pessoal, como lavar as mãos, passando pelo uso dos equipamentos de segurança (obrigatório por lei), até como transportar massas no canteiro.

A primeira experiência de alfabetização aos funcionários oferecida pela empresa no canteiro da obra, foi realizada na obra locada no bairro Goiabeiras. E segundo a Eng. Renata,

Ficou registrado deste período, que alguns trabalhadores iniciaram o processo de alfabetização e não conseguiram concluí-lo, e alguns dos que desistiram tentaram incentivar os que continuaram também a desistirem.

Esta observação comentada pela engenheira Renata mostra que a indústria da construção civil sempre utiliza e utilizará a mão-de-obra de orelha-seca e meia-colher, mesmo quando totalmente mecanizada, devido a peculiaridade deste tipo de serviço. Conforme os dados levantados do total de funcionários locado na obra 160 exercem a função de orelha-seca, ou seja, deste total 71% dos trabalhadores, confirmando as informações do TCPO, já descrito no capítulo II deste trabalho.

À medida que a construção civil for sofisticando seu processo de produção haverá necessidade de um trabalhador mais qualificado. Segundo Kober (2004:26)

(...) mesmo aquele trabalhador cujo exercício profissional é voltado para o trabalho mais simples dentro da indústria, hoje, para dar conta da flexibilização dos processos de trabalho nas linhas de produção, deve também ele ser flexível. Além de “fazer”, deve ser capaz de pensar, tem de dominar conhecimentos gerais relacionados ou não ao seu trabalho, ser capaz de interpretar textos, gráficos e tabelas, ter conhecimento na área de computação, ter capacidade de interpretação de dados e de decisão, ter iniciativa e crítica, e ser capaz de trabalhar em equipe. Em suma, as exigências foram ampliadas, não apenas no que se refere à educação formal, mas foram acrescidas de toda uma gama de habilidades relacionadas a novas tecnologias, bem como de atitudes e comportamentos.

Esta observação comentada pela engenheira Renata mostra que a indústria da construção civil sempre utiliza e utilizará a mão-de-obra de orelha-seca e meia-colher, mesmo quando totalmente mecanizada, devido a peculiaridade deste tipo de serviço. Conforme os dados levantados do total de funcionários locado na obra 160 exercem a função de orelha-seca, ou seja, deste total 71% dos trabalhadores, confirmando as informações do TCPO, já descrito no capítulo II deste trabalho.

CAPÍTULO IV

ALFABETIZAÇÃO DOS JOVENS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Os trabalhadores, os quais fazem parte desta pesquisa, no período de coleta dos dados, prestavam serviços no canteiro de obra situado no Bairro Jardim Imperial, denominado Residencial Recanto do Salvador, cuja obra é do tipo condomínio horizontal com um prazo de execução de um ano e 4 meses. Essa obra possuía 224 trabalhadores no seu quadro de funcionários, sendo 160 trabalhadores exercendo a função de *orelha-seca* e seis trabalhadores de *meia-colher*. A faixa etária deles variava entre 18 e mais de 60 anos. Para esta pesquisa selecionamos os jovens trabalhadores na faixa etária entre 16 e 26 anos, somando um total de 25 *orelha-seca* e um *meia-colher*.

Esses dados evidenciaram que a construção civil corre o risco de não renovar sua mão de obra, caso não haja um investimento na valorização do trabalhador deste setor, pois o número de trabalhadores jovens, no caso *orelha-seca*, é muito baixo, apenas 16% em relação ao número de trabalhadores acima de 26 anos, que corresponde a 84%, como revela o gráfico abaixo. Como já afirmamos anteriormente a construção civil é uma atividade que necessita utilizar, pela suas características, um expressivo número de trabalhadores braçais. É importante salientar que a indústria da construção civil precisa do vigor físico que tem o jovem trabalhador.



1-até 26 anos

2-acima de 26 anos

Estes vinte e seis questionários serão analisados de acordo com o que responderam no período da coleta de dados.

4.1- ORELHA-SECA

Os jovens trabalhadores participantes da pesquisa encontravam-se trabalhando na obra Recanto do Salvador, no Bairro Jardim Imperial, em Cuiabá/MT no mês de abril de 2006. O desenvolvimento da investigação na qual verifica-se a formação dos *orelhas-secas*. Foi elaborado e aplicado um questionário, compostos por seis blocos temáticos com 92 questões. Responderam ao questionário 25 orelhas-secas que corresponde à totalidade dos jovens trabalhadores na faixa etária delimitada pela pesquisa.

4.1.1 Identificação do entrevistado

A primeira questão perguntou aos entrevistados em que cidades nasceram.

Os trabalhadores objeto da pesquisa (58%) são nascidos outros municípios do Estado e da Federação, 37% no município de Cuiabá e 5% no município de Várzea Grande.

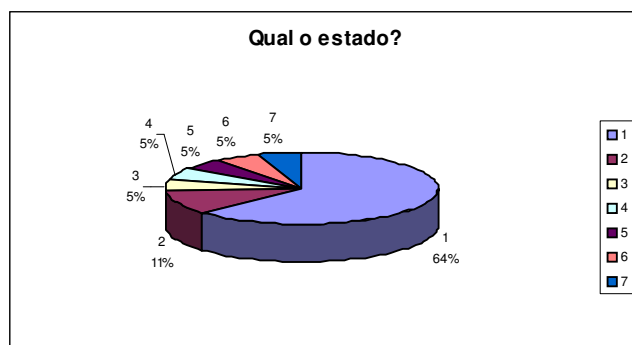
Gráfico 01



- 1-Cuiabá
- 2-Várzea grande
- 3-Outras cidades

A Maioria destes profissionais são Mato-grossenses (64%) seguidos dos Nordestinos (31%).

Gráfico 02



- 1-Mato Grosso
- 2-Maranhão
- 3-Paraíba
- 4-São Paulo
- 5-Bahia
- 6-Pernambuco
- 7-Para

Dos entrevistados 89% foram criados na Grande Cuiabá.

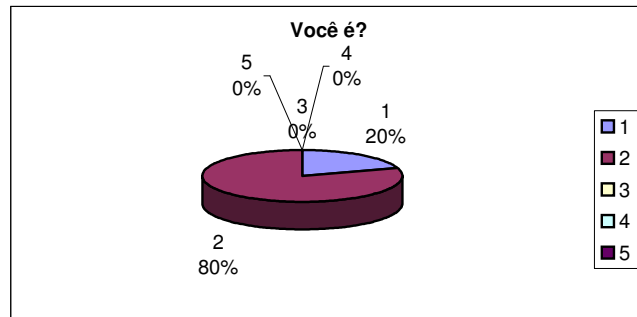
Gráfico 03



- 1-Cuiabá
- 2-Várzea Grande
- 3-Demais cidades

Podemos observar no gráfico 01 que oitenta por cento dos jovens trabalhadores são solteiros, no início das suas atividades profissionais.

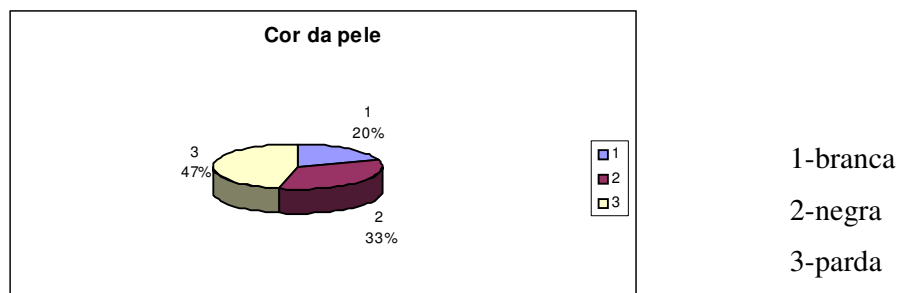
Gráfico 04



- 1-casado
- 2-solteiro
- 3-separado
- 4-divorciado
- 5-outros

Para definirmos a cor da pele dos nossos entrevistados, utilizamos os mesmos critérios definidos pelo IBGE no último censo. A maioria dos jovens trabalhadora declara que sua cor de pele é parda e seguida da cor negra, conforme demonstra o gráfico 03.

Gráfico 05



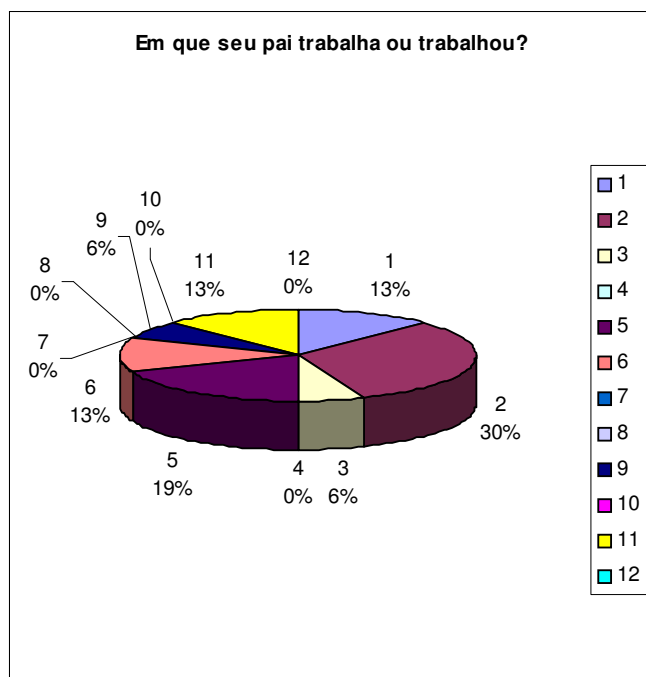
Alguns estudiosos afirmam que os filhos tendem a seguir a profissão dos Pais, entretanto a pesquisa só confirmou parcialmente sendo a maioria dos pais desses jovens são trabalhadores rurais.

Podemos perceber que os jovens estão saindo do campo a procura de melhores condições de trabalho na cidade. Segundo eles o trabalho na construção civil é mais leve do que o trabalho no campo.

4.1.2 - Família

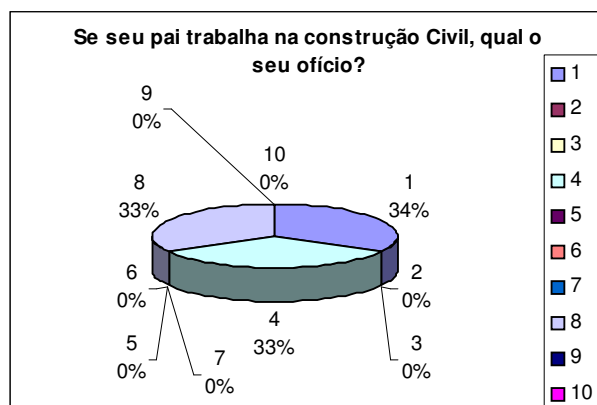
Dos 22 jovens entrevistados apenas quatro seguiram a profissão dos pais. Dentre esses pais que trabalham na construção civil temos um pai que trabalha como orelha-seca, um como mestre de obra, um como pintor e outro como pedreiro.

Gráfico 06



- 1-Funcionário público
- 2-Trabalhador rural
- 3-Trabalhador do comércio
- 4-Operário de Fábrica
- 5-Construção Civil
- 6-gari
- 7-professor
- 8-mecânico
- 9-motorista
- 10-jardineiro
- 11-não sabe
- 12-outros – qual

Gráfico 07



- 1-orelha-seca
- 2-meio-oficial
- 3-pedreiro
- 4-pintor
- 5-carpinteiro
- 6-armador
- 7-encarregado
- 8-mestre
- 9-engenheiro
- 10-outros – Qual _____

Gráfico 08



1-sim

2-não

3-aposentado

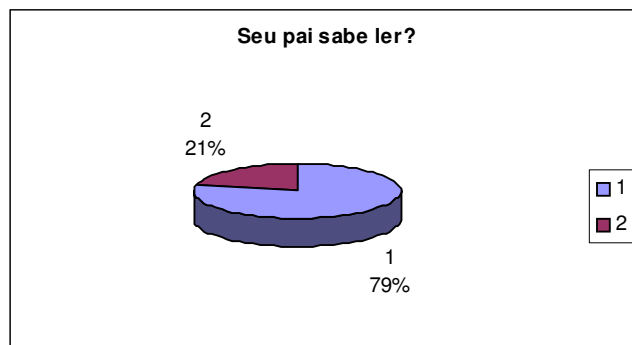
4-desempregado

5-falecido

Noventa três por cento desses pais estão em atividade laboral. Sete por cento estão desempregados. Um fato importante não tem nenhum aposentado. Como trabalhadora da construção civil, tenho observado que há um grande percentual de trabalhadores que apesar da idade continuam em labor, o que confirma os dados acima.

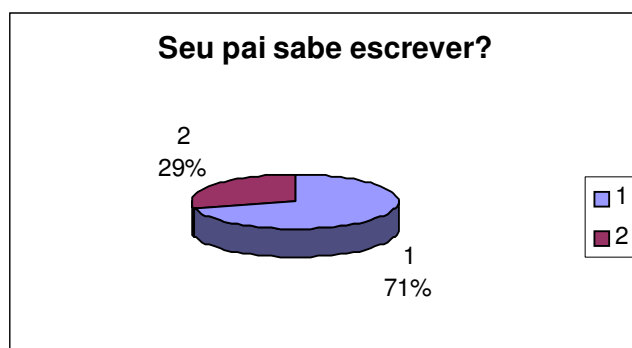
Os trabalhadores afirmaram que seus pais sabem ler (79%), contra 21% que afirmaram que não sabem (gráfico 05) e as mães 93% contra 7% que não sabem ler (gráfico). Entretanto esse índice não corresponde aos dados divulgados pelo IBGE no senso 2000, que demonstrou uma população 10,50% analfabeta na região Centro Oeste, com idade acima de 15 anos de idade, isto pode ter ocorrido, pois o IBGE não apresenta dado apenas dos jovens e sim de toda a população da região.

Gráfico 09



1-sim
2-não

Gráfico 10



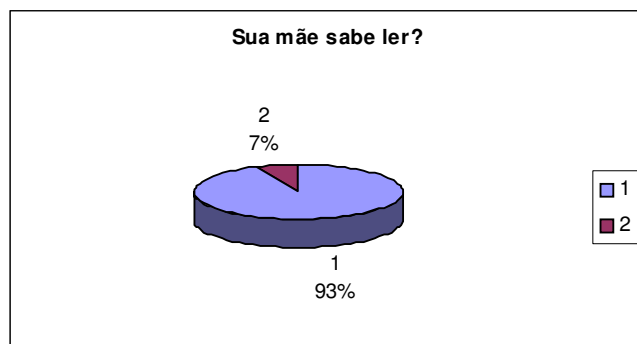
1-sim
2-não

Quanto ao saber escrever 71% afirmou que seus pais sabem escrever, enquanto 29% disseram que eles não escrevem. Comparando a mesma pergunta feita sobre os pais foram feitas sobre as mães, e as respostas foram que 93% sabem ler e escrever e 7% não sabem ler nem escrever.

De acordo com o gráfico percebemos que o nível de analfabetismo da população mais velha ainda é alto se comparados com a população mais jovem que trabalham na construção civil. O analfabetismo, também de acordo com a pesquisa, é maior na população masculina que na feminina. A população masculina possuiu o índice de analfabetismo maior que o da população feminina, neste setor da economia, o que não é confirmado nos dados do

IBGE do ultimo senso, para a região Centro Oeste, onde a população analfabeta masculina é de 10,50% e a feminina de 11,00%.

Gráfico 11



1-sim
2-não

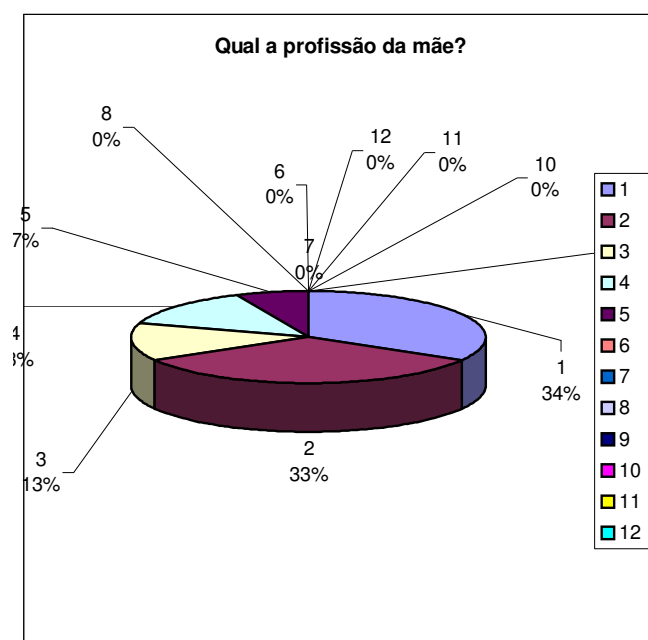
Gráfico 12



1-sim
2-não

Sobre a atividade laboral das mães, as respostas foram que 34% são do lar; e 33% são domésticas; 13% funcionária publica; 13% trabalhadoras rurais e 7% são lavadeiras. Existe uma predominância de mães que trabalham em residência quer própria ou de outro.

Gráfico 13



- 1-do lar
- 2-trabalhadora doméstica
- 3-funcionária pública
- 4-trabalhadora rural
- 5-lavadeira
- 6-diarista
- 7-cabeleireira
- 8-manicura
- 9-costureira
- 10-não sabe
- 11-professora
- 12-outras.....

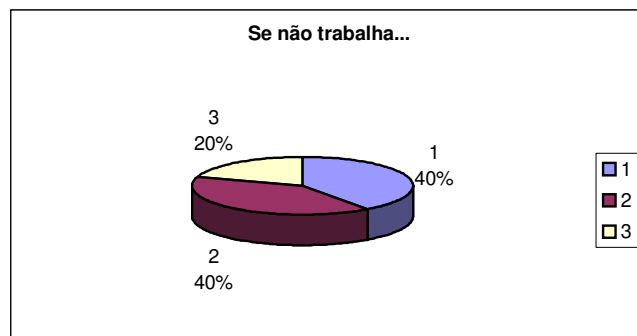
Dentre as mães 62% estão em atividades laboral, das que não trabalham 40% estão aposentadas; 40% desempregadas e 20% são falecidas. A pesquisa demonstrou que existem 40% das mães que são aposentadas enquanto não há nenhum pai aposentado.

Gráfico 14



- 1-sim
- 2-não

Gráfico 15



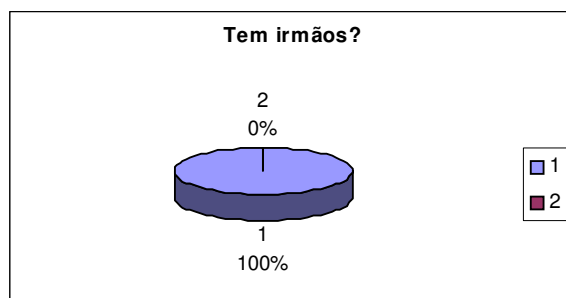
1-aposentada

2-desempregada

3-falecido

Todos os entrevistados afirmaram que têm irmãos sendo que 60% deles têm mais de sete irmãos.

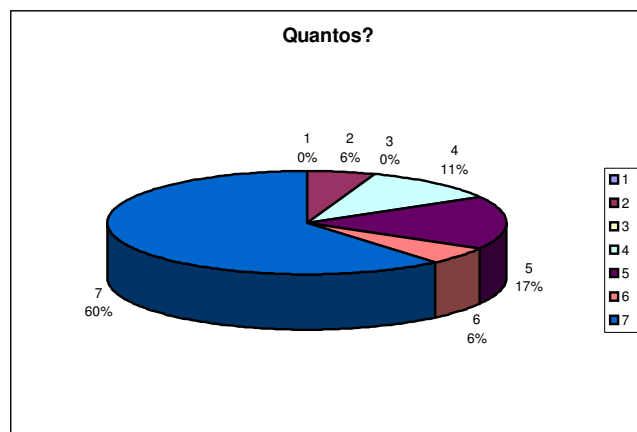
Gráfico 16



1-sim

2-não

Gráfico 17

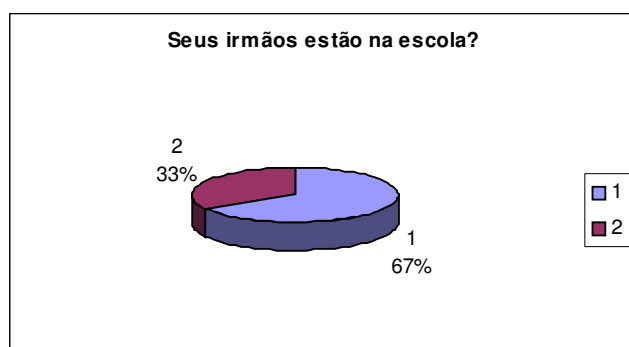


- 1- 1 irmão
- 2- 2 irmãos
- 3- 3 irmão
- 4--4 irmãos
- 5- 5 irmãos
- 6- 6 irmãos
- 7- acima de 7 irmãos

Dentre os irmãos dos jovens entrevistados 33% não estudam e 67% estão estudando.

Estes dados revelam que a família dos trabalhadores da construção civil é constituída de uma população ativa, caracterizada por famílias numerosas e com filhos ainda estudando.

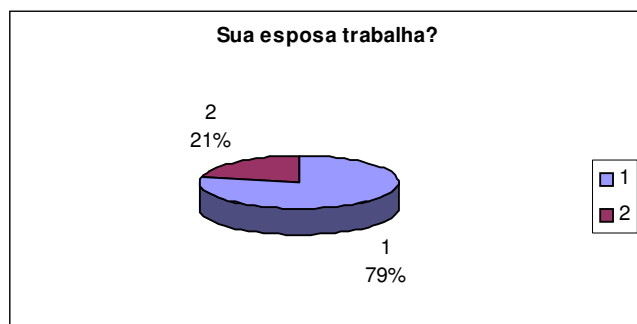
Gráfico 18



- 1-sim
- 2-não

Dos 22 jovens entrevistados, 20% são casados e 79% das suas esposas trabalham.

Gráfico 19



1-sim

2-não

Oito jovens independente de serem casados ou não, tem filhos, com idade de até 6 anos.

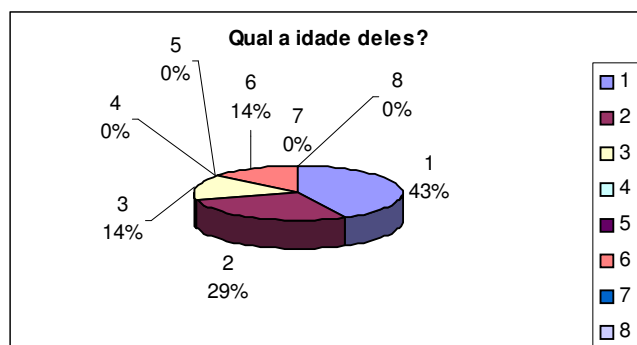
Gráfico 20



1-sim

2-não

Gráfico 21



1- 0-1

2- 1 a 2

3- 2 a 3

4- 3 a 4

5- 4 a 5

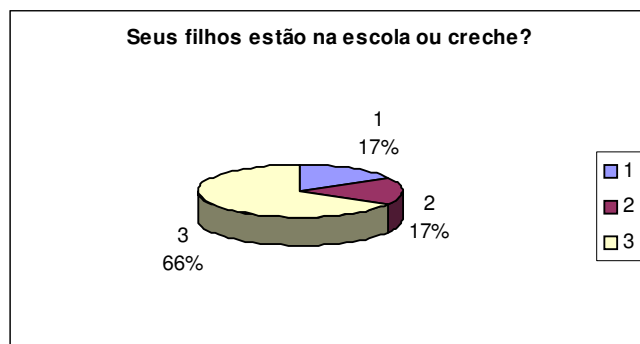
6- 5 a 6

7- 6 a 7

8- acima de sete anos

Dos oito filhos destes jovens apenas, um está na escola, um na creche e os demais são os cuidados da mãe.

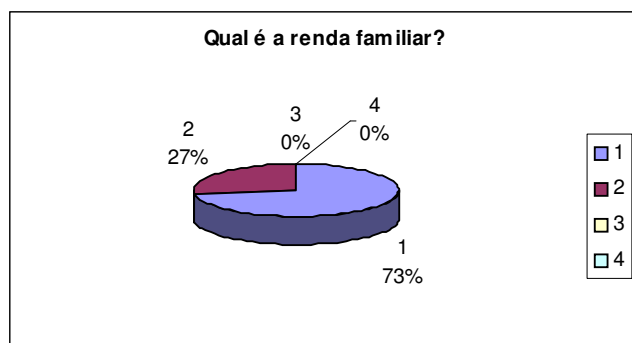
Gráfico 22



1-escola
2-creche
3-não está na escola ou creche

A renda familiar destes trabalhadores gira em torno de dois salários mínimos, o que caracteriza a classe social menos favorecida economicamente.

Gráfico 23

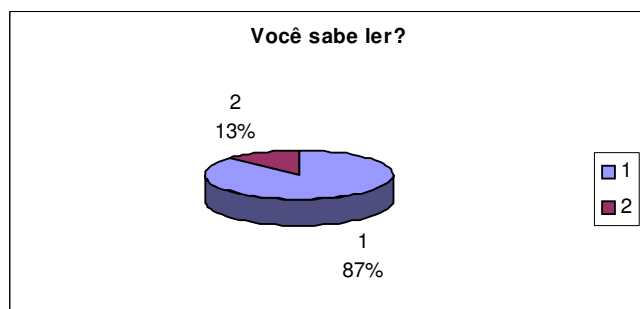


1-2 salários mínimos
2-4 salários mínimos
4-5 salários mínimos
Acima de 5 salários mínimos

4.1.3 Trajetória Escolar – Grau de Instrução

Dentre esses jovens trabalhadores, 87% conseguiram responder o questionário sem dificuldades e responderam que sabem ler, 13% responderam que não sabem ler.

Gráfico 24



1-sim

2-não

Dos 22 jovens entrevistados 92% afirmaram que sabem escrever e 8% disseram que não.

Gráfico 25

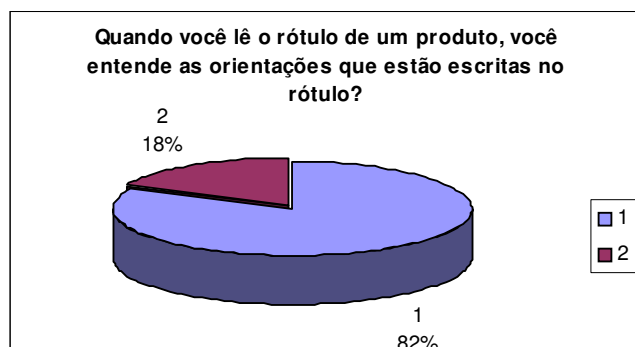


1-sim

2-não

Destes trabalhadores 82% disseram que entendiam o que estava escrito no rótulo dos produtos utilizados na construção civil (lata de tinta, selador, impermeabilizante e outros produtos) e 18% não entendiam.

Gráfico 26

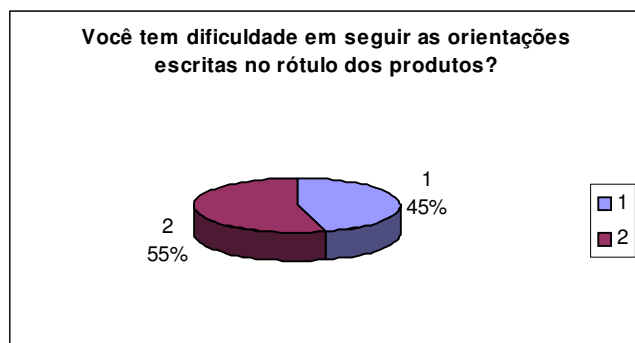


1-sim

2-não

Quanto às orientações de como aplicar os produtos na obra, escritas no rotulo que acompanham os produtos, 45% tem dificuldade em compreender, enquanto 55% lê e compreende bem.

Gráfico 27

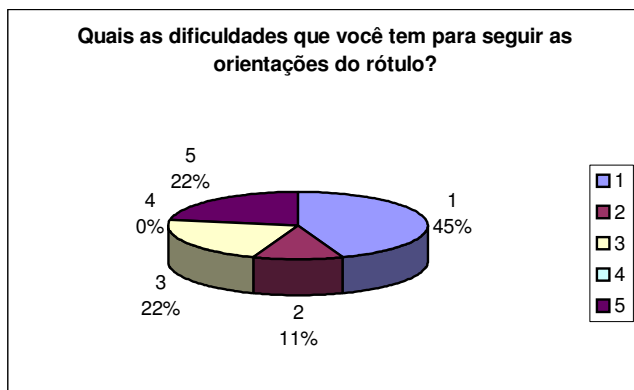


1-sim

2-não

As maiores dificuldades para seguir as instruções dos rótulos são palavras desconhecidas, seguidas do medo de errar as medidas e bem como saber misturar os componentes.

Gráfico 28

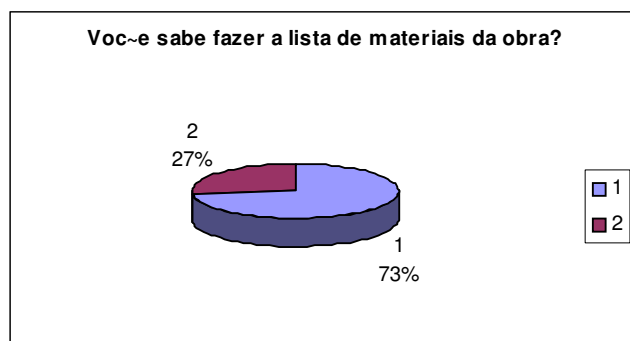


- 1-palavras desconhecidas
- 2-não sei como medir as quantidade que manda misturar
- 3-tenho medo de errar as medidas
- 4-As letras são muito pequenas
- 5-outros

Estes jovens que sabem ler apresentam dificuldades na compreensão de texto, caracterizadas quando perguntado sobre se entendia o que estava escrito no rótulo de um produto a ser aplicado, 82% disse que entendia, porém, apenas 45% destes mesmos trabalhadores saberiam aplicar o produto conforme a instrução contida no rótulo. Dentre as dificuldades apresentadas, a que continha palavras desconhecidas (45%) foi apresentada pelos trabalhadores como sua maior dificuldade, porém os rótulos desses produtos são escritos com palavras comum utilizadas na construção civil. Esta contradição ocorre, pois mesmo estes trabalhadores afirmando que sabem ler, sua capacidade de compreender a leitura é limitada, conforme tenho observado durante a minha experiência profissional.

Quando questionado aos jovens se eles sabiam fazer a lista de materiais da obra, 73% afirmaram que sim contra 27% que não.

Gráfico 29



1-sim

2-não

Dos jovens 36% tem dificuldade de escrever os nomes dos materiais e 64% disseram que não.

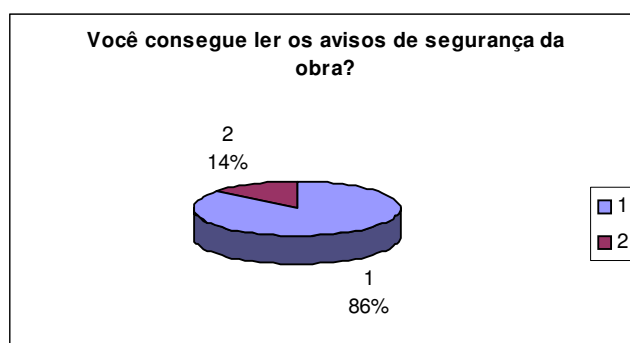
Gráfico 30



1-sim

2-não

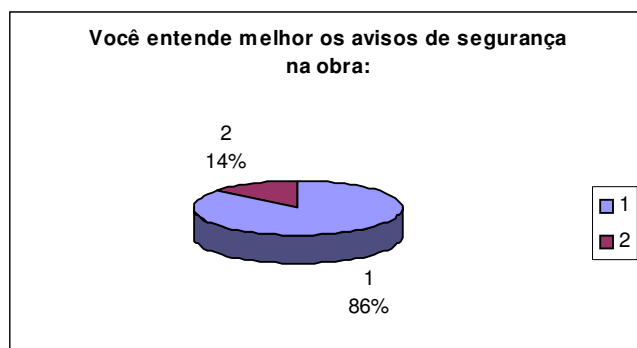
Gráfico 31



1-sim

2-não

Gráfico 32

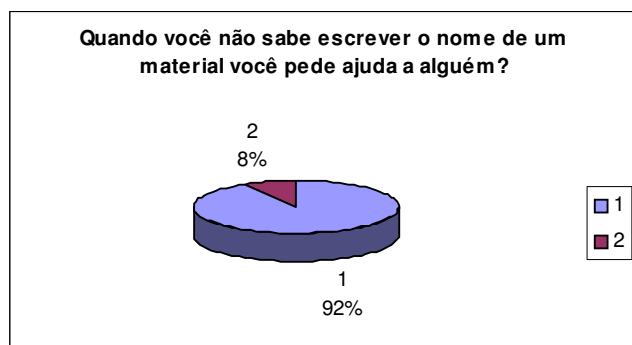


1-escritos

2-desenhados

Os jovens que não conseguem realizar suas tarefas sozinhos solicitam ajuda dos encarregados, conforme gráfico 29.

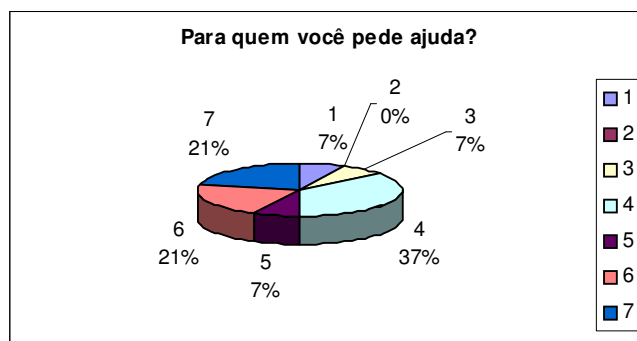
Gráfico 33



1-sim

2-não

Gráfico 34



1-orelha-seca

2-meia-colher

3-pedreiro

4-encarregado

5-mestre

6-engenheiro

7-outros

Outra informação relevante para a pesquisa, é que estes trabalhadores apesar de afirmarem que sabem escrever (87%) (gráfico 24) apresentam dificuldades em escrever uma simples lista de materiais de obra, materiais e equipamentos que é de uso diário, corroborando com a definição do IBGE, estes jovens são considerados analfabetos funcionais.

Como vimos nos gráficos de 26 a 31, relacionados diretamente com a obra podemos verificar que a maioria dos trabalhadores possui dificuldades de escrita e de leitura, esta é uma dificuldade que precisa ser sanada, uma vez que o conhecimento de materiais, equipamentos e avisos de segurança nas obras são questões de segurança do trabalhador.

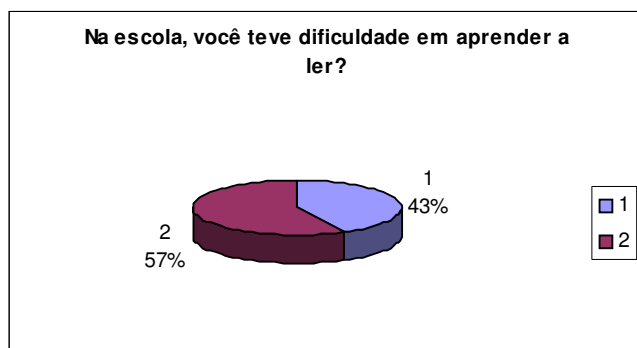
Com o conhecimento dos materiais, o trabalhador aplicará melhor o produto e também poderá manuseá-lo com segurança, sem correr risco porque poderá identificar através dos rótulos contidos no produto, não só o seu manuseio, mas os riscos a que está sujeito o trabalhador quanto à forma de aplicação bem como o meio correto de armazenagem do produto.

Os equipamentos possuem determinados riscos de operação, manutenção e localização num canteiro de obra, que se não forem observados as normas de segurança dos mesmos, acidentes poderão ocorrer. Por isso as placas de segurança para os trabalhadores da construção civil são feitas com gravuras e com “dizeres”.

O domínio da leitura nestes casos é imprescindível para o trabalhador. A compreensão da leitura poderá salvar uma vida.

Dos jovens entrevistados que trabalham na construção civil 43% deles tiveram dificuldade em seu processo de escolarização. Esses dados nos mostram que possivelmente a escola não cumpre o seu papel de ensinar a ler a escrever e conseqüentemente muitos alunos da classe populares não consegue ter ingresso, permanência e sucesso na sue percurso escolar.

Gráfico 35

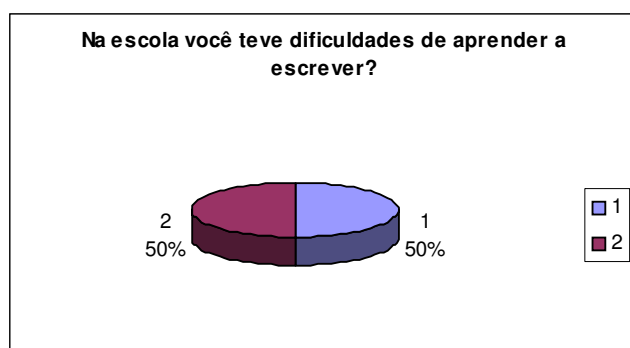


1-sim

2-não

Quanto à dificuldade de aprender a escrever os entrevistados se subdividiram em meio a meio, porque 50% teve de aprender a escrever contra 50% que não.

Gráfico 36

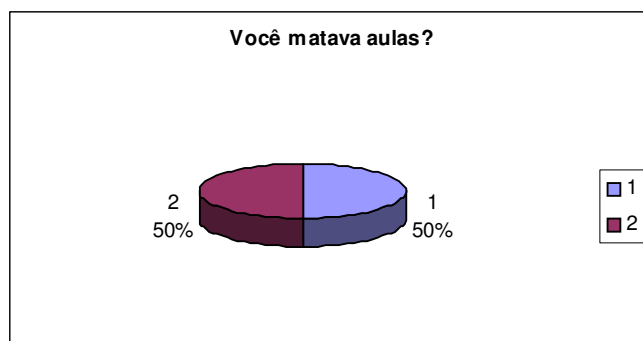


1-sim

2-não

Os mesmo percentuais de jovens que tiveram dificuldade de escrever, também matavam aula, 50%.

Gráfico 37

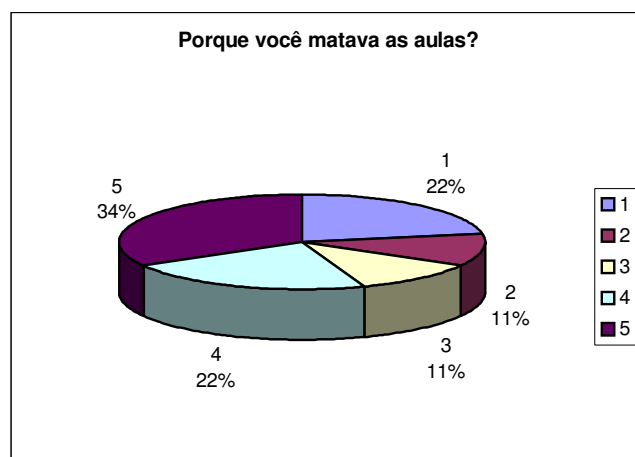


1-sim

2-não

Não definiram as causas do por que *matavam* aulas 34%, mas 22% não as assistiam, 22% *matavam* aula para acompanhar os amigos, 11% deles não gostavam da professora e somente 11% não gostavam de estudar.

Gráfico 38



1-não assistia às aulas

2-não gostava da professora

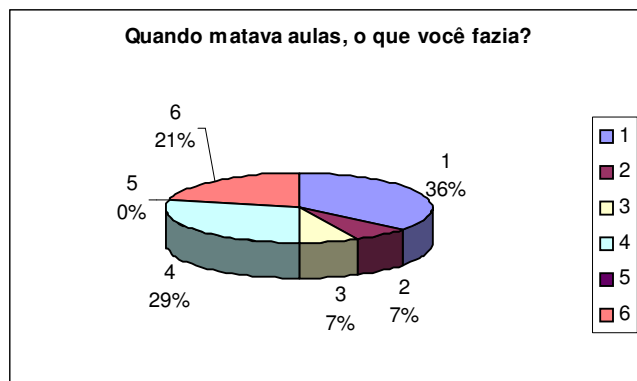
3-tinha dificuldade de aprender

4-matava para acompanhar os amigos

5-outros

Os maiores índices da não freqüência às aulas estão relacionados, ao jogo de futebol. Os jovens faltavam às aulas para jogar bola, 36%. O segundo maior índice, com 29% é o namoro. Os jovens iam namorar e deixavam de assistir às aulas.

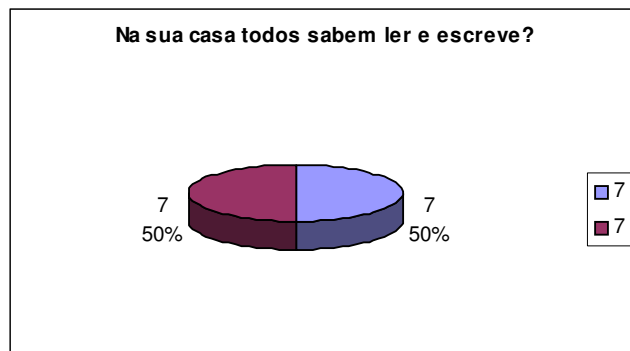
Gráfico 39



- 1-jogava bola
- 2-passeava com os amigos
- 3-andava pelas ruas, sem fazer nada
- 4-namorava
- 5-ficava no pátio da escola conversando
- 6-outros.

Corresponde a 50% de pessoas que não dominam a leitura e a escrita, nas casas desses jovens. Mesmo para os padrões brasileiros este índice é muito alto. Conforme os índices veiculados pelo IBGE que é de 10,80 de analfabetos para região Centro-Oeste.

Gráfico 40



1-sim

2-não

Cinquenta por cento das famílias não sabem ler, conforme responderam na questão acima, conseqüentemente não acompanharam as crianças na escola, não tiveram condições de ajudar-los nas dificuldades escolares e o resultado é a reprovação, 86% dos jovens foram reprovados. Conclusão esta confirmada pela pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e publicada no dia 14/09/2005, onde afirma que além do estudo formal alguns

fatores que influenciam a alfabetização dos alunos é a escolaridade da mãe e a capacidade de leitura do pai.

Gráfico 41

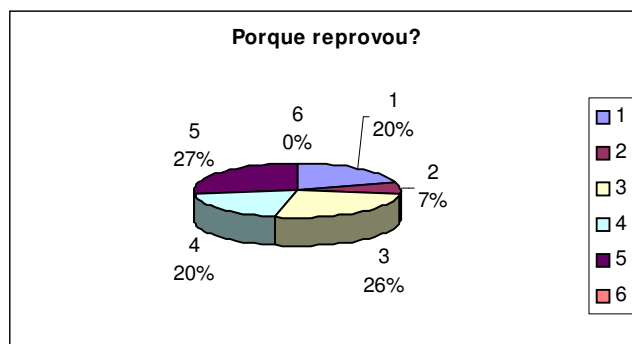


1-sim

2-não

A vida dos trabalhadores da construção civil é instável, hoje está aqui, amanhã acolá. Os pais constantemente mudam de cidade em cidade, ou de bairro, portanto as crianças também mudam de escola, não formando vínculo escolar e dificultando o processo ensino aprendizagem.

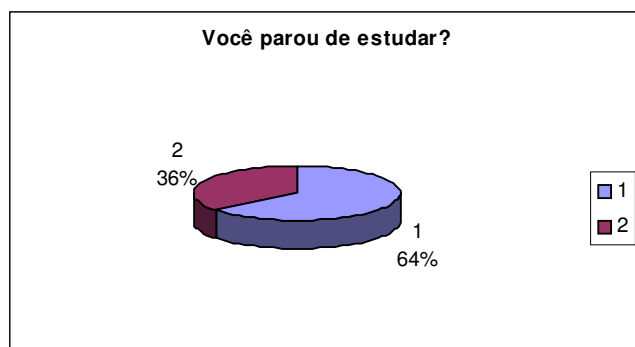
Gráfico 42



1-tinha dificuldades de aprender
 2-meus pais tiraram da escola
 3-não gostava de estudar
 4-mudou de bairro
 5-mudou de cidade
 6-outros.

A justificativa acima contribuiu para o fracasso escolar destes trabalhadores e somado as dificuldades de aprendizagem levaram-nos a para de estudar.

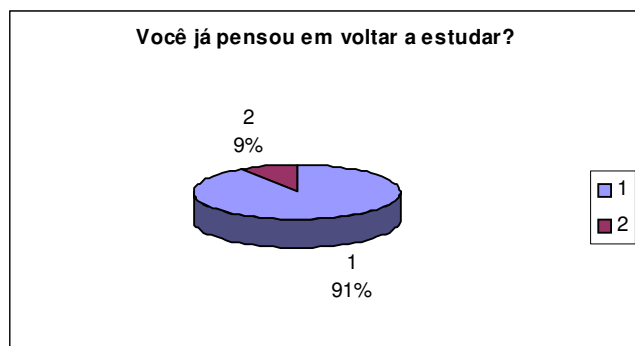
Gráfico 43



1-tinha dificuldades de aprender
 2-para trabalhar
 3-não gostava de estudar
 4-mudou de bairro
 5-mudou de cidade
 6-outros.

Estes jovens acham à escola importante, 91%, pensam em retornar a escola. E se possível chegar à Universidade.

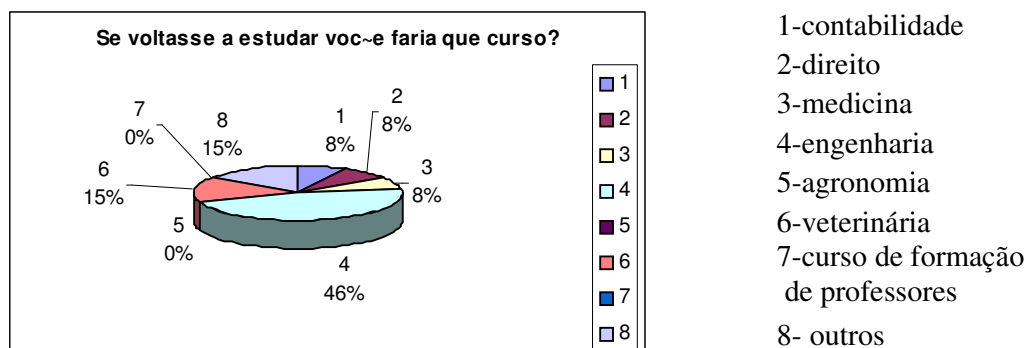
Gráfico 44



1-sim
 2-não

Destes entrevistados que gostariam de retornar a sala de aula 46% desejariam ser engenheiros permanecendo na área da construção civil.

Gráfico 45

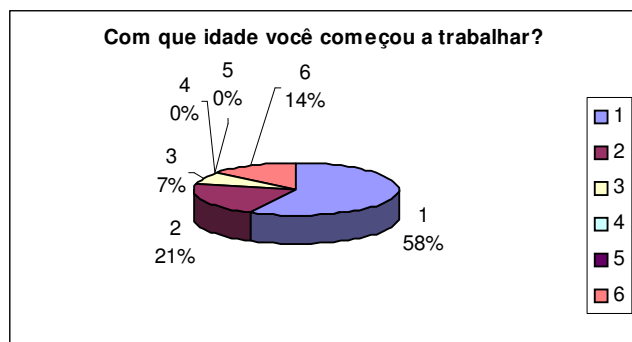


Para podermos entender porque estes trabalhadores possuem dificuldades na escrita, algumas questões foram levantadas quanto a sua participação em sala de aula. Com isto observou-se que as maiorias dos trabalhadores que reprovaram de ano tinham dificuldades de assistir as aulas, não gostavam de estudar, matavam as aulas ou para jogar bola ou para namorar. Estas atitudes evidenciam que os trabalhadores tinham dificuldades de permanecer na sala de aula, conseqüentemente terminavam com dificuldades para aprender.

Um dos fatores que contribui para a alfabetização precária dos trabalhadores da construção civil é a idade precoce com que começam suas vidas no mundo do trabalho. Os jovens, 58% deles, afirmaram que iniciaram suas atividades antes de completar 14 anos de idade. 21% começaram com 15 anos, 7% com 16 anos e somente 14% destes jovens começaram a trabalhar após completar 18 anos. Com esses dados pode-se afirmar que os jovens da construção iniciam na vida profissional com idade precoce.

4.1.4 - Trabalho

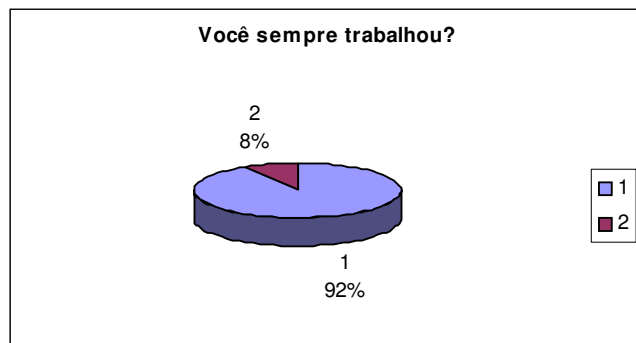
Gráfico 46



1-antes dos
14 anos
2-15 anos
3-16 anos
4-17 anos
5-18 anos
6-após os 18 anos

Noventa e dois por cento afirmaram que sempre trabalharam.

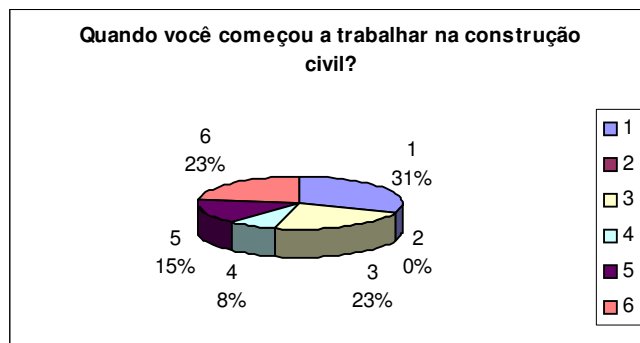
Gráfico 47



1-sim
2-não

Trinta e um por cento segundo eles, já iniciaram a trabalhar antes de 1996.

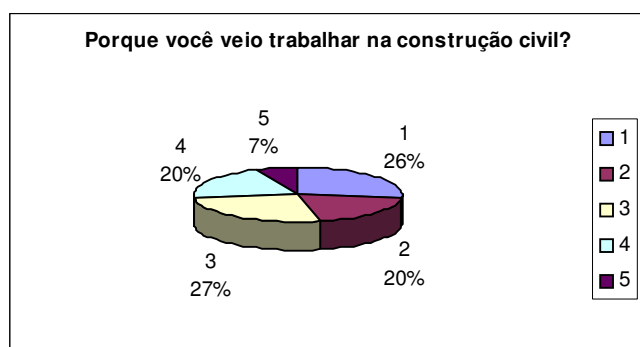
Gráfico 48



1-antes de 1996
 2-1997-1998
 3-1999-2000
 4-2001-2002
 5-2003-2004
 6-2005-2006

Segundo os jovens 26% começaram a trabalhar na construção civil porque não tiveram outra opção, 27% para estudar a noite e 20% seguiram a profissão dos pais, 20% porque não tiveram estudos. As empresas da construção civil não exigem o conhecimento escolar. Apesar da necessidade da leitura e da escrita para que o trabalhador da construção civil possa desenvolver melhor suas atividades com eficiência e segurança as empresas ainda não exigem este conhecimento na hora da contratação.

Gráfico 49



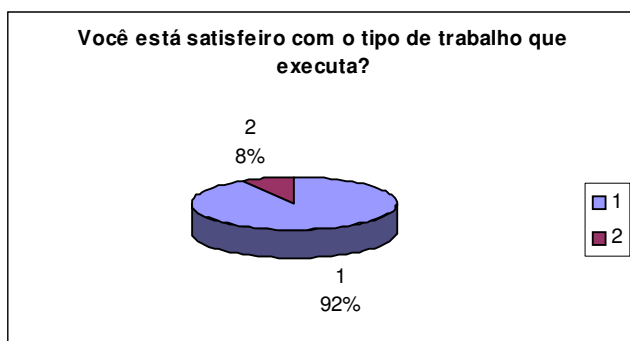
1-porque não encontrei outro serviço
 2-Meu pai é trabalhador da construção civil
 3-Para poder estudar a noite
 4-Porque não tinha estudo
 5-outros

Apesar de terem dito que estão na construção civil por falta de opção, 92% afirmaram que estão satisfeitos com o trabalho que executam. Esta questão me intrigou. Retornei aos entrevistados e perguntei por que estavam satisfeitos com esta atividade.

Alguns daqueles que eram trabalhadores rurais, responderam que estavam satisfeitos porque o trabalho de servente é mais leve que o rural e têm mais privilégios como salário fixo e carteira assinada.

E quase todos passaram a ter privilégio como os benefícios com a carteira assinada, que são os casos dos pacoteiros e outros.

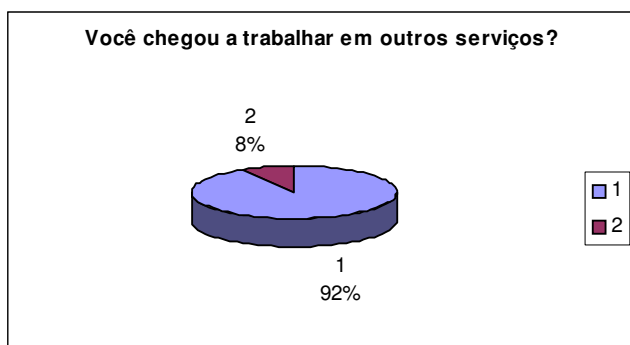
Gráfico 50



1-sim

2-não

Gráfico 51

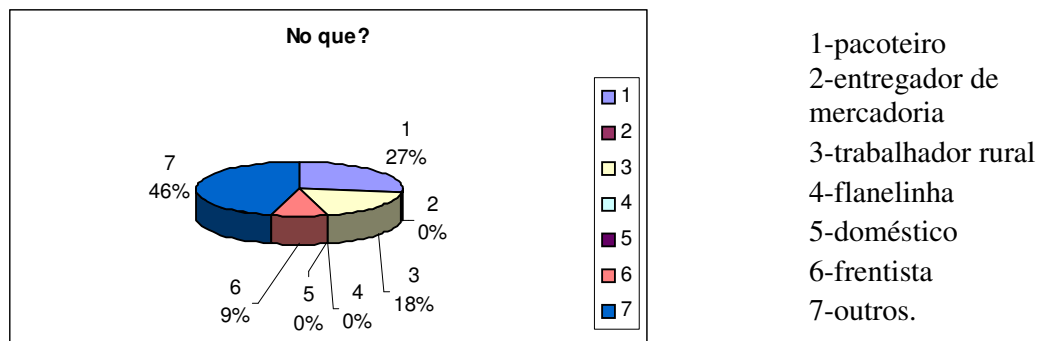


1-sim

2-não

Dos trabalhadores que afirmaram que tentaram trabalhar em outro serviço dentre estes 47% tiveram diversas atividades antes de ingressarem na construção civil. Das demais atividades, 27% como pacoteiro, 18% como trabalhador rural e 6% como frentista.

Gráfico 52



Quando perguntado se gostaria de voltar a estudar a grande maioria disse que sim e que se possível seriam engenheiro. Porque isto não ocorre? As respostas estão nos gráficos em que estaremos analisando a trajetória da vida laboral destes trabalhadores.

Pelos dados analisados percebemos que os trabalhadores já iniciaram suas atividades na construção civil com idade precoce. Com baixo nível de conhecimento escolar. Isso se deve ao fato da empresas de construção civil não se preocupou com o nível de instrução dos seus trabalhadores, realidade que as grandes empresas do setor estão tentando mudar.

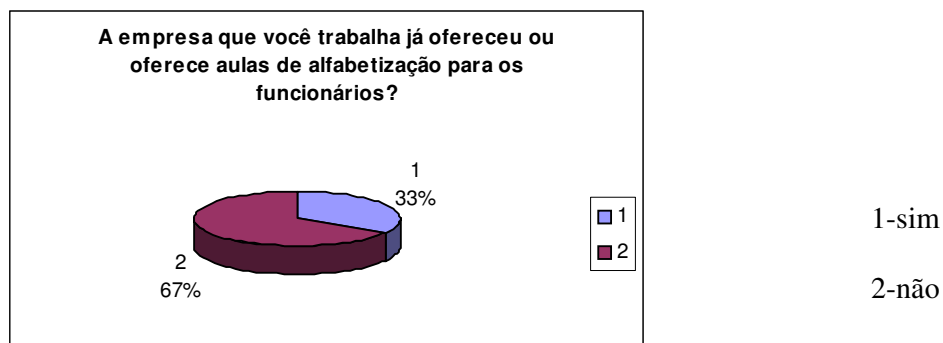
Outro dado interessante diz respeito o grande contingente de trabalhadores que procuram a construção civil depois de tentar emprego em outros setores, como não encontram recorrem a esta atividade como a última alternativa de se inserir no mercado de trabalho dignamente.

4.1.5 - Experiência Educacional na Empresa

Apesar de a empresa afirmar que oferece curso de alfabetização para os seus funcionários, 67% deles não tem conhecimento desses cursos. A pesquisa revela que os conhecimentos da leitura e da escrita são precários.

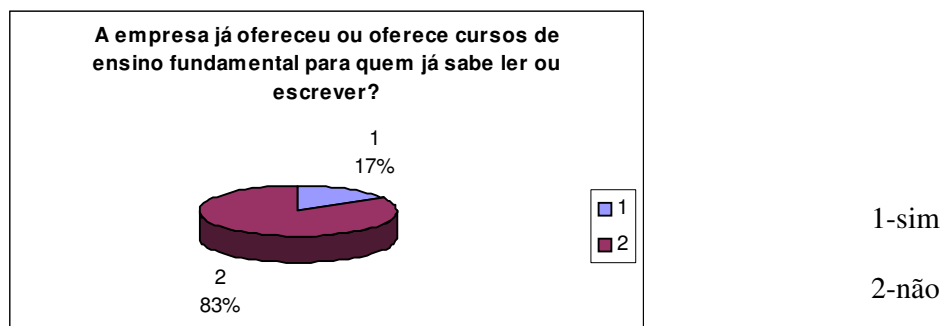
Os 33% dos trabalhadores que já ouviram falar dos cursos, ou já frequentaram, não participam deles devido ao cansaço ocasionado pelo tipo de atividade exercida durante toda a jornada de trabalho.

Gráfico 53



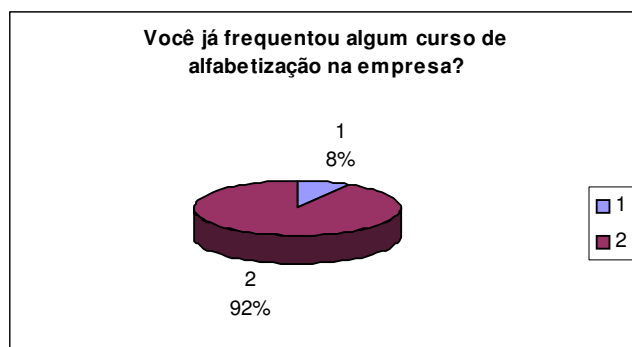
Dos jovens entrevistados não oferece ou não ofereceu curso de ensino fundamental para que já saiba ler e escrever, 83% não tem conhecimento destes cursos. A empresa ainda não se conscientizou da necessidade de um melhor nível de instrução de seus funcionários, principalmente quando se trata do orelha-seca e meia colher.

Gráfico 54



Somente 8% dos trabalhadores na faixa etária pesquisada frequentou curso de alfabetização na empresa, enquanto 92% nunca.

Gráfico 55

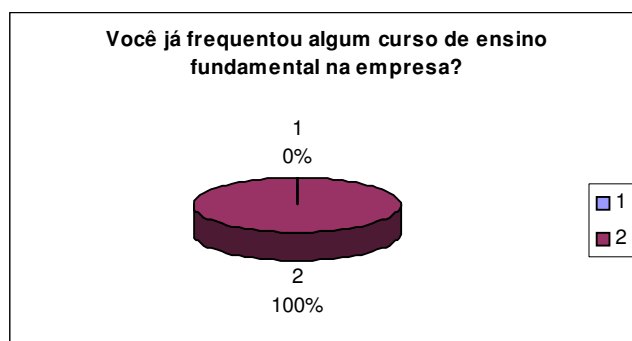


1-sim

2-não

Os trabalhadores aqui foram unânimes, nenhum destes trabalhadores participou do curso de ensino fundamental na empresa.

Gráfico 56

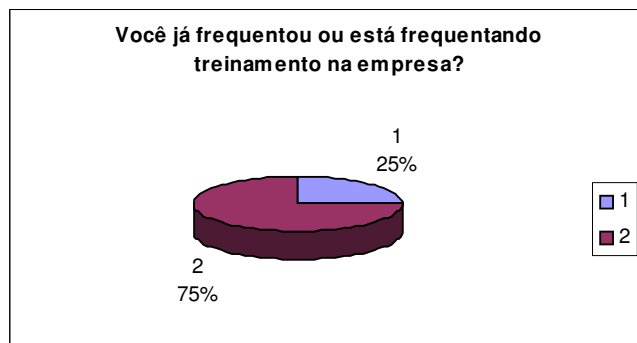


1-sim

2-não

Somente 25% destes jovens participaram de treinamento, porém 75% ainda não participaram.

Gráfico 57

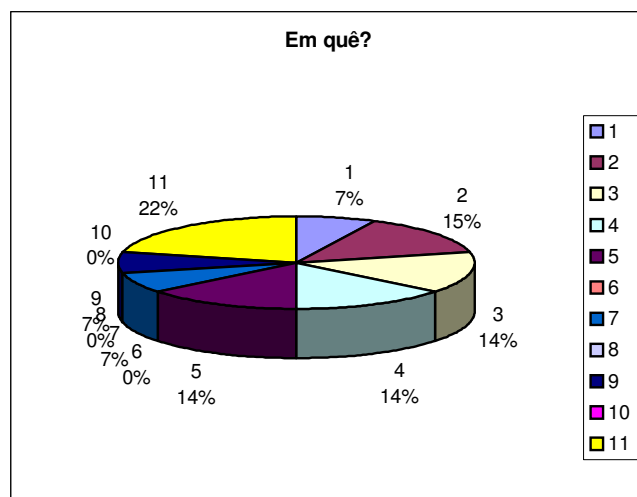


1-sim

2-não

Dentre os cursos oferecidos que os alunos mais frequentam, destacou-se o item 2, rejunte de piso com 15% seguidos com 14% em cada, os cursos de preparo de massa, preparo de concreto e utilização dos equipamentos de segurança, sendo que este último é obrigatório conforme as Normas Regulamentadoras NR-6, e 22% dos entrevistados participaram de outros tipos de treinamentos.

Gráfico 58



1-limpeza de esquadrias e azulejos
 2-rejunte de piso
 3-utilização dos equipamentos de segurança
 4-preparo de massa
 5-preparo de concreto
 6-levantamento de pesos
 7-assentamento de tijolos
 8-reboco
 9-serviços de almoxarife
 10-apontador
 11-Outros.

Os participantes tendem a permanecer na empresa por mais tempo e considera-la como a que oferece melhores condições de trabalho para os funcionários. Apesar de 60% dos trabalhadores responderem que não tiveram dificuldade em participar dos treinamentos, o processo continua no canteiro de obra, porém com constante supervisão dos encarregados, para correção e acompanhamento do desempenho.

Gráfico 59

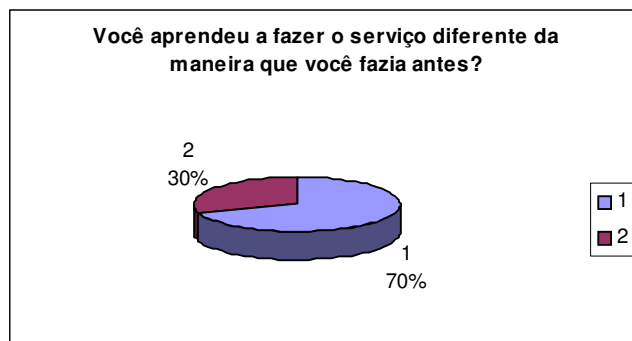


1-sim

2-não

A maioria dos participantes, 70% alegaram que conseguem executar suas atividades melhor depois do treinamento. Porém 30%, não alcançaram êxito esperado.

Gráfico 60

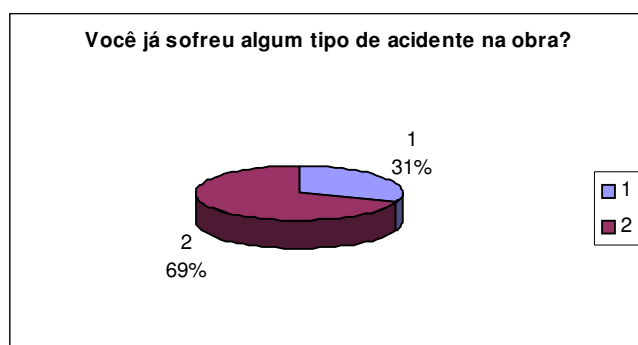


1-sim

2-não

A 70% afirmou que nunca sofreu acidente de trabalho na obra, entretanto 30% já sofreram acidentes na obra. Segundo o Ministério do Trabalho a Indústria da Construção, em 2004, situou-se em terceiro lugar quanto ao número de acidentes típicos do setor. A área de Edificações registrou o segundo maior número de acidentes entre todas as classes na Construção. Os números verificados na pesquisa estão próximo da media nacional de acidentes de trabalho na construção civil

Gráfico 61

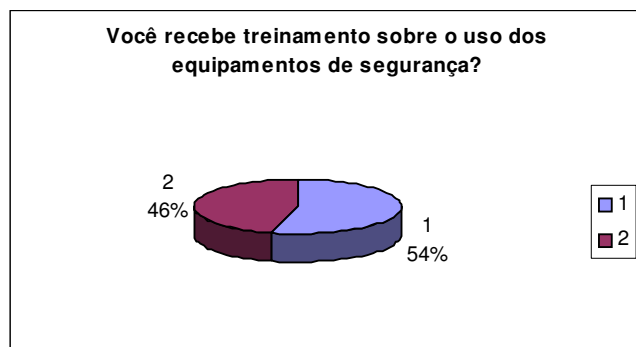


1-sim

2-não

Dos entrevistados 54% responderam que já receberam treinamento sobre o uso de equipamentos de segurança. O restante 46% responderam que não foram treinados no uso dos equipamentos de segurança.

Gráfico 62

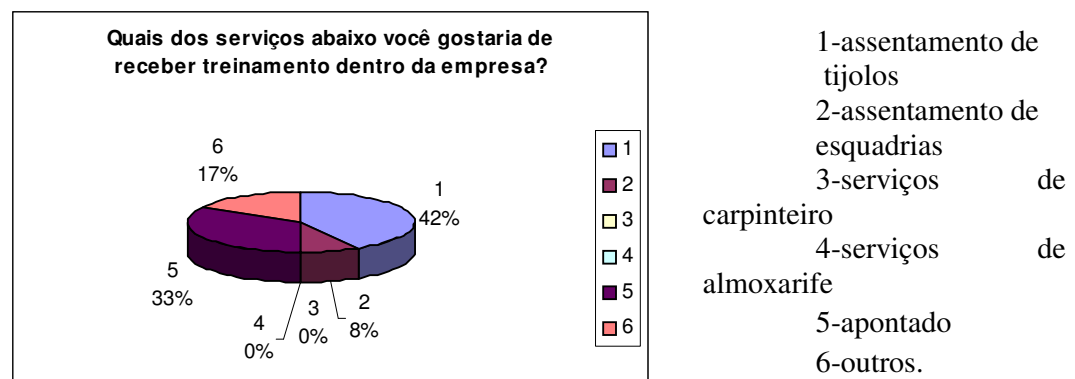


1-sim

2-não

É interessante observar que quando perguntados sobre qual treinamento estes funcionários desejariam receber, a grande maioria (42%) responderam: assentamento de tijolos, atividade exercida pelo pedreiro, seguida do treinamento para apontador, 33%, pessoa que exerce na construção civil a função de anotar o recebimento de materiais, equipamentos e fazer o controle de presença no trabalho. Estas atividades dão maior representatividade na comunidade onde moram, permite melhoria salarial significativa e tiraria deles a condição de orelha-seca.

Gráfico 63

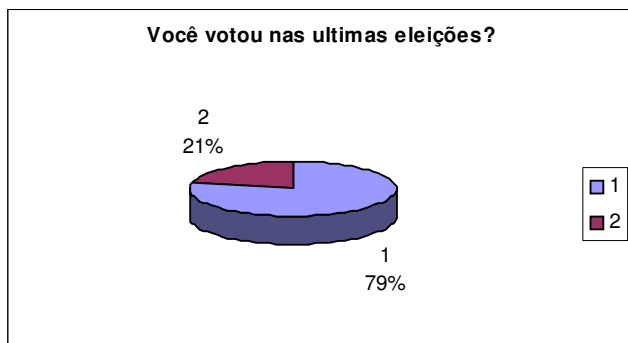


O treinamento, segundo o que afirmou a responsável pelo programa, tem a intenção de contribuir para uma melhor qualidade final da obra, formando trabalhadores mais capacitados, com maiores condições de enfrentar o mercado de trabalho, ou seja, teria mais empregabilidade, com maior remuneração dos que não possuem nenhum tipo de treinamento.

4.1.5- Valores Sócios Culturais

Do total dos entrevistados 79% votaram nas últimas eleições, apesar do voto no Brasil ser obrigatório 21% deixaram de exercer o direito do voto.

Gráfico 64

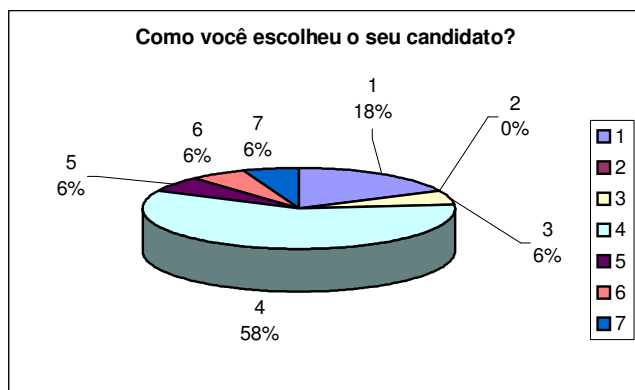


1-sim

2-não

A escolha do candidato se deu através da proposta dos mesmos, no qual 68% escolheram esta opção, 18% escolheram seu candidato pelo programa de TV, 6% por gostar do candidato, 6% porque o candidato prometeu melhorias no bairro onde mora e 6% não souberam o porquê escolheu determinado candidato e 6% não expressaram sua escolha.

Gráfico 65



1-pela propaganda da TV

2-por pedido de amigos

3-por gostar do candidato

4-porque achou a proposta do candidato boa

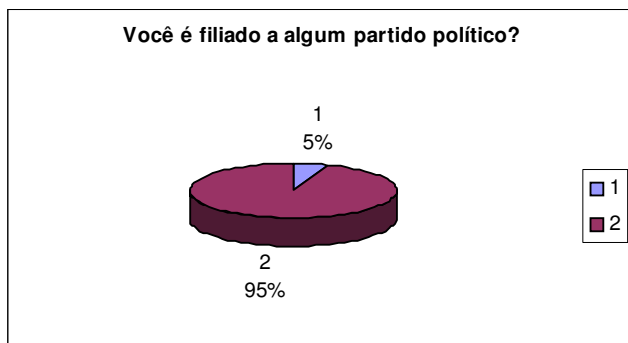
5-porque o candidato prometeu melhorar o bairro

6-não sabe

7-outros.

Quanto à filiação á algum partido político, apenas um entrevistado é filiado, o que representa 5% do total.

Gráfico 66

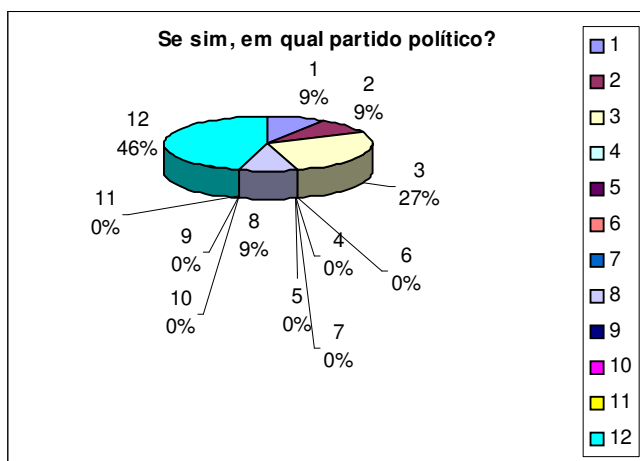


1-sim

2-não

No gráfico a seguir há uma contradição na resposta dos entrevistados em relação à pergunta anterior, constante no gráfico 66. Se apenas um entrevistado é filiado a um partido político, deveria aparecer apenas uma sigla do partido político ao qual este trabalhador é filiado. Porém outros seis trabalhadores, quando lhes foram apresentado uma lista com os nomes dos partidos políticos, responderam à pergunta do gráfico 67 como se fossem filiados á partido político.

Gráfico 67



1-PMDB

2-PSDB

3-PT

4-PTB

5-PP

6-PPS

7-PRONA

8-PCdoB

9-PSB

10-PDT

11-PV

12-outras.

Um pouco mais que a metade dos trabalhadores que responderam ao questionário afirmou que são sindicalizados, isto correspondendo a 56% do total dos entrevistados. Esses números indicam certo equilíbrio na participação destes trabalhadores em seu sindicato. Ainda que não tenha sido checado, se de fato estes trabalhadores são sindicalizados ou não, esses números apontam para a existência de uma significativa ligação do trabalhador da construção civil com seu sindicato.

Gráfico 68

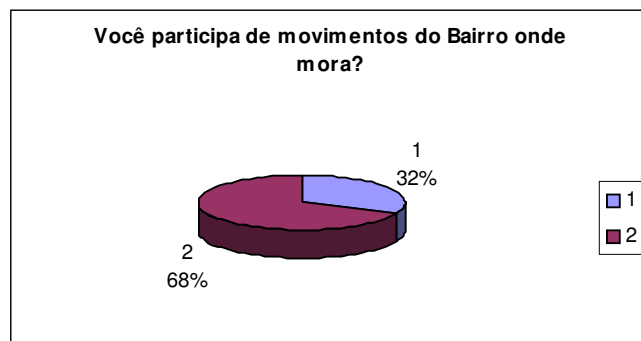


1-sim

2-não

Quanto à participação destes trabalhadores nos movimento de bairro, 68% responderam que não participam contra 32% que participa.

Gráfico 69



1-sim

2-não

A participação das reuniões em centro comunitário é de 29% e de que não participam é de 71% do total dos entrevistados.

Gráfico 70

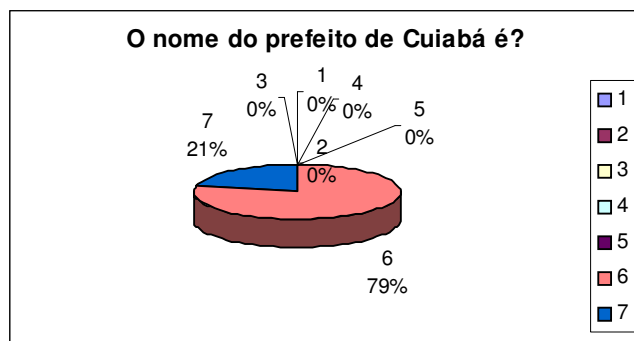


1-sim

2-não

Dos jovens trabalhadores 79% acertaram no nome do atual prefeito de Cuiabá e 7% não souberam responder.

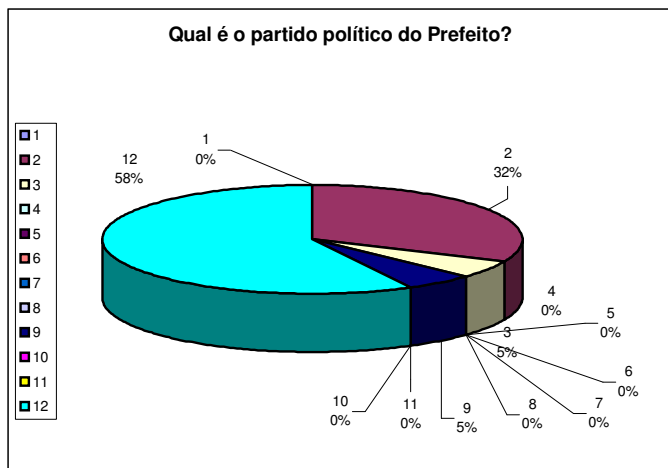
Gráfico 71



- 1-Blairo Maggi
- 2-Serys Marli
- 3-Miguel Araes
- 4-Roberto França
- 5-Humberto Bosaipo
- 6-Wilson Santos
- 7-outro

As maiorias dos trabalhadores, 58% não souberam responder em qual partido o prefeito é filiado. 32% responderam corretamente que o prefeito é filiado ao PSDB. 5% afirmaram que pertencia ao PSB e outros 5% o PT, o que mostra que 10% deles responderam equivocadamente a questão.

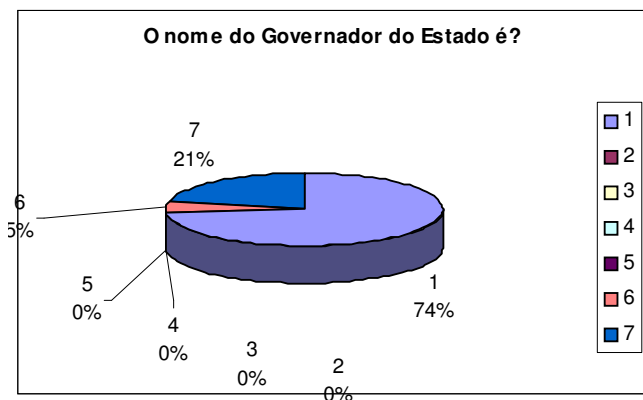
Gráfico 72



- 1-PMDB
- 2-PSDB
- 3-PT
- 4-PTB
- 5-PP
- 6-PPS
- 7-PRONA
- 8-PCdoB
- 9-PSB
- 10-PDT
- 11-PV
- 12-outras

O nome do governador é de conhecimento de 74% dos entrevistados, 21% não sabem e 5% errou.

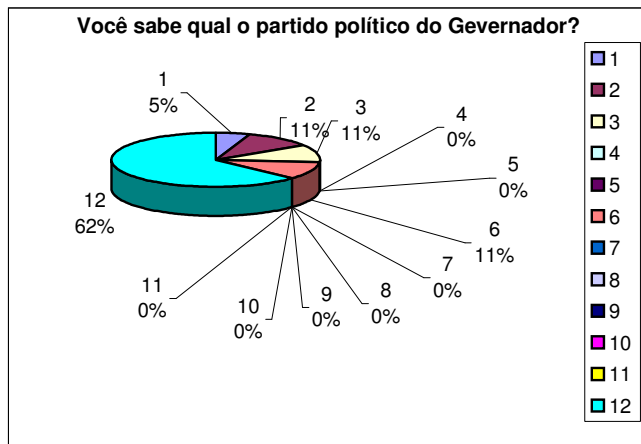
Gráfico 73



- 1-Blairo Maggi
- 2-Serys Marli
- 3-Miguel Araes
- 4-Roberto França
- 5-Humberto
- 6-Bosaipo
- 7-outra

O nome do partido do governador é desconhecido por 62% dos entrevistados. 11% responderam erradamente que governador pertencia ao PSDB, 11% ao PT e 5% ao PMDB. Somente 11% responderam corretamente que o governador pertencia ao PPS.

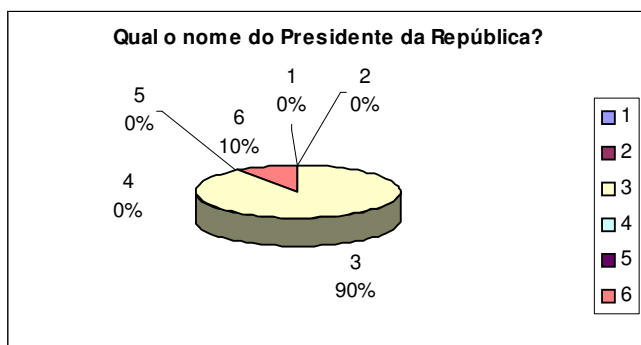
Gráfico 74



- 1-PMDB
- 2-PSDB
- 3-PT
- 4-PTB
- 5-PP
- 6-PPS
- 7-PRONA
- 8-PCdoB
- 9-PSB
- 10-PDT
- 11-PV
- 12-outros

Dos entrevistados 90% afirmaram corretamente o nome do presidente da República e apenas 10% não souberam.

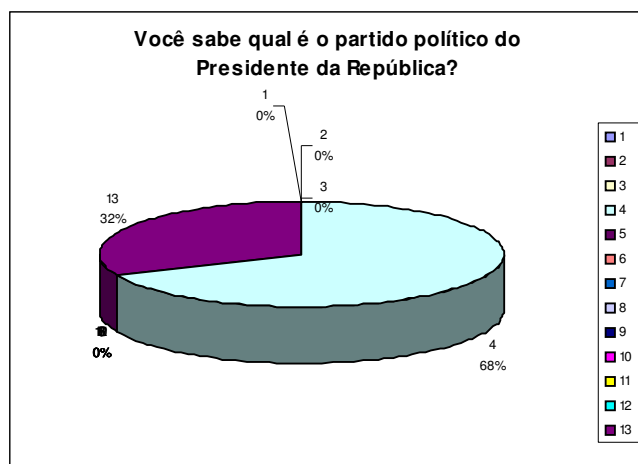
Gráfico 75



- 1-Tancredo Neves
- 2-Fenando Henrique Cardoso
- 3-Luis Inácio Lula da Silva
- 4-Geraldo Alkimim
- 5-José Sarney
- 6- outro

Dos partidos políticos relacionados 68% responderam que o presidente da República é do Partido dos Trabalhadores e 32% não sabiam de que partido o presidente representa.

Gráfico 76



- 1-PMDB
- 2-PSDB
- 3-PT
- 4-PTB
- 5-PP
- 6-PPS
- 7-PRONA
- 8-PCdoB
- 9-PSB
- 10-PDT
- 11-PV
- 12-outros

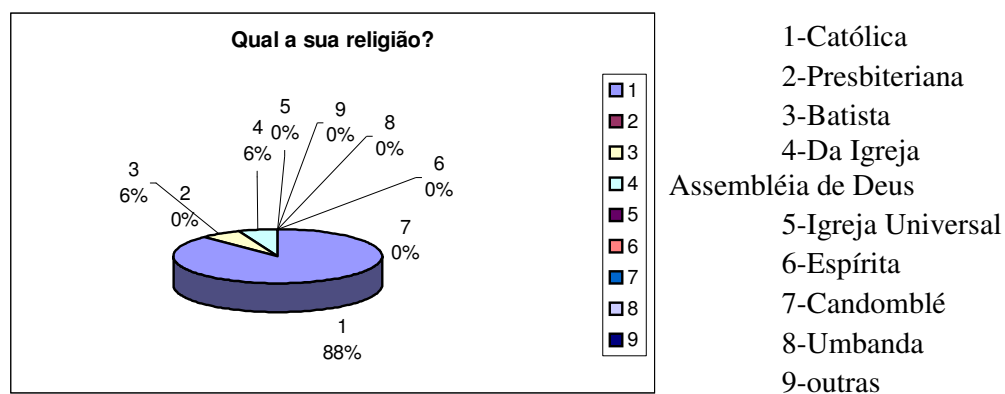
Os trabalhadores entrevistados sabem o nome do prefeito e do governador e não os relacionam com o partido político a que pertencem. É razoável que isso se dê, em razão que no Brasil pode-se considerar que existe uma cultura política em que as lideranças políticas não costumam manter-se filiada a um mesmo partido. No presente caso tanto o governador como os prefeitos ao longo de sua trajetória política transitaram por vários partidos. O presidente Lula sempre foi filiado ao mesmo partido político, por isso podemos observar que a percentagem de acerto do nome do presidente e do nome do partido político a que o mesmo pertence é de mais de 68%, o que não ocorre com o do governador e com o do prefeito. No caso do presidente o fato de pertencer sempre ao um partido político em sua trajetória, pode ter criado essa imagem de vinculação entre liderança e partido.

4.1.6 - Valores Culturais

A religião outro fator social importante na vida de todo trabalhador foi também investigada nesse trabalho. Essa importância se expressando no fato de que todos os entrevistados afirmarem terem vinculação religiosa.

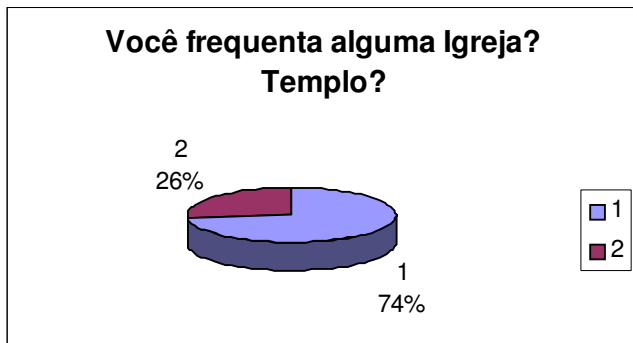
Os resultados obtidos mostraram que 88% afirmam ser católicos, 6% da Igreja Batista, 6% da Igreja Assembléia de Deus, as demais religiões, registradas no questionário, não foram citadas.

Gráfico 77



É elevado, 74%, o número de jovens trabalhadores que afirmam freqüentar a igreja e somente 26% afirmou que não freqüentam.

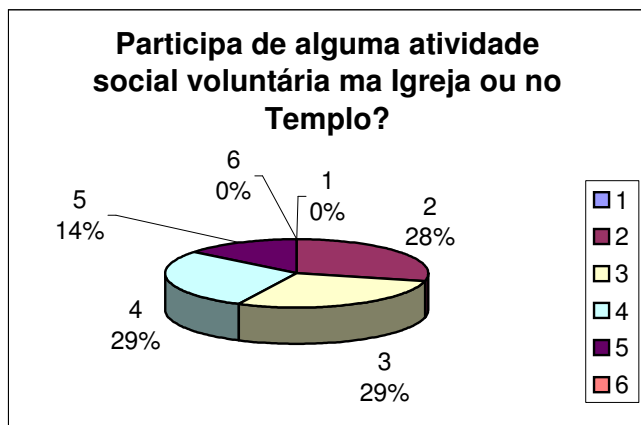
Gráfico 78



1-sim
2-não

Participam da escola dominical 28%, 29% assistência a idosos, 29% grupo de oração, 14% estudo da Bíblia, sendo que ninguém participa do coral destas igrejas e nem de campanha para arrecadação de fundo para obras da igreja.

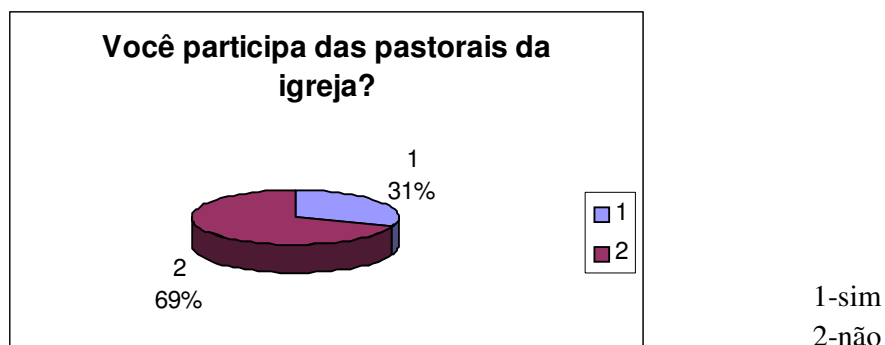
Gráfico 79



1-Coral
2-Escola dominical
3-Assistência a idosos
4-Grupo de oração
5-Estudo da Bíblia
6-Campanha para arrecadação de fundos para obras da igreja

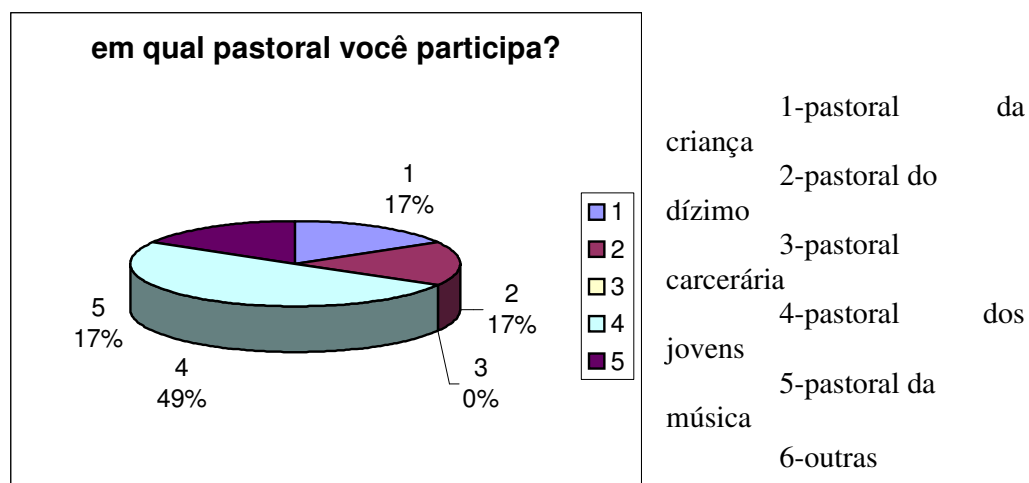
Dos que participam das atividades pastorais da igreja apenas 31% dizem participar e 69% não participam.

Gráfico 80



Dos que responderam que participam das pastorais da igreja, a pastoral dos jovens 49% faz parte da maioria, 17% da pastoral da musica, 17% da pastoral da criança e 17% da pastoral do dízimo.

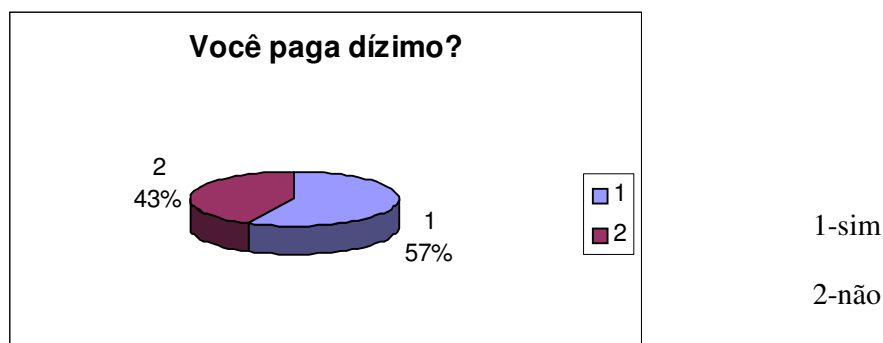
Gráfico 81



Responderam que pagam dízimos 57% e 43% que não pagam. Não foi feita a verificação da veracidade destas afirmações. Como não é uma tradição da Igreja Católica recolher o dízimo de maneira sistemática, sendo essa uma tradição mais afeta as igrejas

evangélicas, e como a maioria dos trabalhadores pesquisados afirmaram pertencer a Igreja Católica é possível que a resposta não corresponda de fato ao que ocorre na realidade.

Gráfico 82



4.2 - MEIA-COLHER.

A pesquisa realizada em abril de 2006, entre os trabalhadores que desempenhavam a função de meia-colher, apenas um estava na faixa etária considerada por este trabalho. É bom lembrar que a característica do trabalho do meia-colher, diferenciando-o do orelha-seca, é o fato de estar em uma condição intermediária de qualificação. Ele não é mais o trabalhador braçal sem nenhuma qualificação mais não é ainda o trabalhador considerado qualificado pela indústria da construção civil.

Nascido em Chapada dos Guimarães e criado em Cuiabá é solteiro e se identifica como negro. Seu pai foi trabalhador rural e atualmente também trabalha na construção civil como orelha-seca. Segundo ele o seu pai sabe ler e escrever. Sua mãe é aposentada e também saberia pelo que afirmou ler e escrever. Sua família seria numerosa, com oito irmãos. Todos eles ainda freqüentando a escola. Tem uma companheira e não possui filhos, disse que mora ainda com os pais. Respondeu que a renda da família se situa entre dois a quatro salários mínimos.

Este jovem meia-colher afirmou que sabe ler e escrever, porém disse que tem dificuldades de seguir as orientações escritas no rótulo dos produtos. De acordo com ele essas dificuldades são oriundas do uso de palavras desconhecidas. Ele alega que não tem nenhuma dificuldade em fazer uma lista dos materiais utilizada na obra. Quando estas dificuldades surgem, ele pede ajuda ao encarregado. Disse que começou a estudar aos seis anos de idade, parou aos vinte anos, quando concluiu o ensino médio. Não encontrou dificuldade no processo alfabetização em sua trajetória escolar. Segundo ele era um aluno assíduo, não faltava e nem matava aula. Reprovou de ano, mas alega que esta reprovação foi devido à mudança de cidade, disse ainda que parou de estudar para poder trabalhar, e se possível voltaria a estudar para ser engenheiro.

Esse jovem trabalhador começou sua atividade na construção civil após os dezoito anos. Alega que entrou nesta atividade porque *não tinha estudo*. Ainda que ele afirme ter concluído o segundo grau, esse nível de escolarização no seu caso, não foi suficiente para colocá-lo em um trabalho mais qualificado. É provável que a sua afirmação que *não tem estudo* indique que de fato que ele não teria era qualificação para o trabalho. Afirmou que está satisfeito com a atividade que desenvolve e que gostaria de fazer um curso *profissionalizante* na função de eletricista. Quando afirmou que tinha começado na construção civil, é provável que ele tenha considerado talvez o fato de um trabalho com registro em carteira, pois em pergunta posterior ele respondeu que tinha sido *pacoteiro* em supermercado.

Quanto aos cursos de alfabetização talvez devido ao fato de ter declarado que já tinha concluído o ensino médio, afirmou que nunca frequentou a sala de alfabetização do canteiro de obra.

Mesmo tendo afirmado que gostaria de ser eletricitista, nunca solicitou um treinamento na empresa, bem como não participou de nenhum outro treinamento promovido pela empresa. Declarou não ter sofrido nenhum acidente de obra e que não recebeu treinamento para o uso de equipamento de segurança. Sua afirmação contraria o que vem sendo uma prática comum em empresas com as características da Concremax, que normalmente executam treinamento para o uso de equipamentos de segurança quando da admissão dos seus trabalhadores.

Votou nas últimas eleições e segundo ele, escolheu seu candidato pela proposta apresentada. Não é filiado a nenhum partido político e nem é sindicalizado. Não participa dos movimentos de bairro onde mora, nem de reuniões no centro comunitário.

Ele sabe o nome do prefeito de Cuiabá e do governador do Estado, porém nos dois casos não soube a qual partido político eles pertencem. Sabe o nome do presidente da República como também o nome do partido político a que pertence o presidente.

Ele afirma pertencer à religião católica, porém deixou de responder se frequenta a igreja ou não. Entretanto declarou que participa da Pastoral dos Jovens na Igreja e que paga o dízimo.

Podemos afirmar que o conjunto de respostas desse jovem trabalhador não se distanciou das de seus jovens colegas menos qualificados. Nesse sentido é importante ressaltar que todos almejam uma melhor qualificação profissional e tem na religião sua principal referência de participação social. Ele também demonstrou que tem informação sobre quem são os dirigentes do Estado ainda que não tenha maiores informações sobre seus vínculos

partidários. A exceção, como todos os seus colegas, é a vinculação que fazem entre o presidente e o seu partido. Finalmente podemos constatar a presença da afirmação, muito comum, feita por jovens trabalhadores de que abandonaram os estudos porque precisavam trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procuramos entender a educação dos jovens trabalhadores da construção civil adquirida na empresa e sua relação com a atividade profissional por ele exercida nos canteiros de obras.

Os programas de alfabetização e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da construção civil promovido pela empresa Concremax, segundo a engenheira Renata de Aquino Moreira Figueiredo, ainda não tiveram seus resultados mensuráveis por parte da empresa. Do ponto de vista da empresa mesmo que os resultados não tenham passado por uma avaliação quantitativa pode-se dizer que pelo menos um dos seus objetivos tem sido atingido, que é a certificação PBPQ-H e as ISSO's 9000.

A relação entre a qualidade das obras e o analfabetismo é percebido pelos profissionais envolvidos, onde cada etapa exige um grau de conhecimento diferenciado de materiais e seus meios de aplicação gerando dificuldade quando o trabalhador não tem domínio da leitura e/ou compreensão dos manuais de aplicação dos produtos.

Pelas informações obtidas podemos observar que a preocupação dos empregadores quanto à alfabetização e qualificação de seus funcionários visa a obtenção do certificado de qualificação da empresa pelo PBPQ-H. A obtenção do certificado está intimamente ligado às condições de trabalho dos funcionários e a possibilidade de melhoria da qualidade da mão-de-obra e da certificação das ISO's 9000.

Para os trabalhadores, a questão de se profissionalizar não está apenas ligada a melhoria salarial, mas também ampliação das oportunidades de trabalho. A maioria dos trabalhadores que se alfabetizaram, quer seja no canteiro de obra ou na escola, tem maior participação nos programas promovidos pela empresa. Podemos observar com isso que tanto a empresa como os trabalhadores estão certos que a melhoria da qualidade do serviço passa pelo conhecimento da escrita e da leitura e depois pela qualificação profissional. O jovem trabalhador passa a ter melhores condições de empregabilidade e quase sempre alcança melhorias salariais.

A empregabilidade proporciona ao trabalhador condições de manter-se no mercado de trabalho haja vista a sazonalidade da ocupação da mão-de-obra pela construção civil. Em decorrência do seu preparo profissional que lhe permite adaptar-se a novas condições de trabalho bem como as novas funções. Este trabalhador que possui capacidade de exercer mais de uma função dentro do mesmo canteiro de obra passa, na maioria dos casos, a receber um aditivo salarial proporcional à nova capacidade laborativa. Assim como ocorre com *orelha-seca*, mesmo que em sua carteira de trabalho ainda conste a função anterior e/ou não caracterize uma nova função.

Dos jovens trabalhadores da empresa Concremax que responderam a pesquisa 87% se declaram alfabetizados. Conforme citou Kessels (1997:205) um sistema escolar geral eficiente, de alta qualidade, é um pré-requisito para a empregabilidade. Do total dos entrevistados 5% disse que sabe escrever, porém não sabe ler. Este fato me causou estranheza, uma vez que, sempre acreditei que o saber escrever passa inicialmente pelo processo do saber

ler, porém para Ferreiro a escrita está precedida das “garatuchas” que a criança faz antes de efetivamente usar os símbolos alfabéticos e que isso levaria a copiar o que está escrito.

Esse resultado contradiz a afirmação de Sayegh, o qual afirma que a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 33% dos trabalhadores registrados da construção civil não sabem ler ou escrever e, em geral, desempenham funções auxiliares com pouca ou nenhuma especialização. Acreditamos que este resultado da OIT pode ter sido por não ter utilizado na sua pesquisa a separação entre jovens e adultos, considerando toda a população com idade acima de 14 anos e não apenas aos jovens.

Nesta pesquisa observamos que as empresas poderão concentrar seus esforços educacionais nos locais de trabalho com programas de qualificação periódicos devido ao fato de que as constantes inovações tecnológicas e o lançamento de novos produtos no mercado se fazem necessário à atualização das novas formas de aplicação. Esta necessidade ocorreu primeiramente devido à necessidade de obtenção das certificações, porém observou que a educação e a qualificação dos trabalhadores da construção civil tende a ser permanente dentro da empresa em decorrência do aumento da qualidade e produtividade na execução dos serviços.

A relação Trabalho/ Educação passa a ter importância no mundo do trabalho, pois a obrigação de prover qualificação caberá aos empresários que poderão estimular e facilitar a formação dos trabalhadores e, como detentores do poder econômico, de apoiar e exigir do Estado, qualidade na educação.

Esse resultado contradiz a afirmação de Sayegh, o qual afirma que a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 33% dos trabalhadores registrados da construção civil não sabem ler ou escrever e, em geral, desempenham funções auxiliares com pouca ou nenhuma especialização. Acreditamos que este resultado da OIT pode ter sido por não ter utilizado na sua pesquisa a separação entre jovens e adultos, considerando toda a população com idade acima de 14 anos e não apenas aos jovens.

Nesta pesquisa observamos que as empresas poderão concentrar seus esforços educacionais nos locais de trabalho com programas de qualificação periódicos devido ao fato de que as constantes inovações tecnológicas e o lançamento de novos produtos no mercado se fazem necessário à atualização das novas formas de aplicação. Esta necessidade ocorreu primeiramente devido à necessidade de obtenção das certificações, porém observou que a educação e a qualificação dos trabalhadores da construção civil tende a ser permanente dentro da empresa em decorrência do aumento da qualidade e produtividade na execução dos serviços.

A relação Trabalho/ Educação passa a ter importância no mundo do trabalho, pois a obrigação de prover qualificação caberá aos empresários que poderão estimular e facilitar a formação dos trabalhadores e, como detentores do poder econômico, de apoiar e exigir do Estado, qualidade na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2. ed. Editora. Cortez, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o Método Paulo Freire**. 2.ed. Brasiliense, 1981.

CASALI, Alípio. Introdução geral. In: **Empregabilidade e Educação**. São Paulo: EDUC, 1997.

CHAVES, M.S. **Capacitación y Discapacitación en los proyectos de desarrollo**. Cuadernos de Ciencias Sociales 88. FLACSO: San José, Costa Rica, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.

CIOCCHI, Luiz. Quem é o operário da construção. In: **Revista Técnica. Pini**: São Paulo, agosto, 2003.

CONSTRUÇÃO: Revista. São Paulo: Ed. PINI, n. 2747, out. 2000.

DAVIS, Robert Halan. **Sistema de aprendizagem.** São Paulo: McGrae-Hill do Brasil, 1979.

DI ROCCO, Gaetana Maria Jovano. **Educação de Adultos:** Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1979.

FÁVERO, Osmar. Lições da História: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido,** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Educação de Adultos: Algumas reflexões. in: **Educação de Jovens e Adultos: Teorias, práticas e propostas.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNDACENTRO. Revista. São Paulo: Ed. Fundacentro, n.05 ano II.

GODINHO, Cléa Dalva Jorge. et al. A educação como determinante na inversão do modelo de assistência aos trabalhadores. In: **Trabalho, Educação e Saúde: um mosaico em múltiplos tons.** São Paulo: Fundacentro, 2000.

GUEDES, Maria José. **Meio de Ensino.** São Paulo: Loyola, 1978.

HIRATA, Helena. O mundo do trabalho. In: **Empregabilidade e Educação**. São Paulo: EDUC, 1997.

IRELAND, Timothy. Escolarização de trabalhadores: aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana. In: **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KESSELS, Joseph W. M. A produtividade do conhecimento. In: **Empregabilidade e Educação**. São Paulo: EDUC, 1997.

KUENZER, Acácia Z.. **Pedagogia de fábrica**: As relações de produção e a educação do trabalhador. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Acácia Z. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: **Trabalho e educação**. 2.ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza et al. **Trabalho e Educação** – 2. ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

MEDEIROS, José Alysson Dehon M. A existência de riscos na indústria da construção civil e sua relação com o saber operário. In: **Engenharia, Revista**. São Paulo: Técnica Engenho, janeiro/fevereiro, 2004.

MINVIELLE, Yvon. Auto-formação e socialização. In: **Empregabilidade e Educação**. São Paulo: EDUC, 1997.

MOTTA, Manoel F. De Vasconcelo. **Educação e Cultura popular**: Roteiro Histórico de um equívoco. Dissertação de Mestrado – São Carlos, 1986.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RONCA, Antônio Carlos Caruso & ESCOBAR, Virgínia Ferreira. **Técnica pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANT'ANA, Flávia Maria. **Dimensões básicas do ensino**. Rio de Janeiro:, Livro Técnico e Científico, 1979.

SAYEGH, Simone. Volta às aulas. In: **Revista Técnica. Pini**. São Paulo, julho, 2002.

SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos: Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Vera Lúcia Abril Teles de. Educação para o Trabalhador: uma abordagem psicopedagógica. In: **Trabalho, Educação e Saúde: um mosaico em múltiplos tons**. Fundacentro: São Paulo, 2000.

TCPO 2000: **tabela de composição de preços para orçamentos**. São Paulo: Pini, 1999.

TEIXEIRA, José Emídio. A busca do elo perdido na qualidade de vida do trabalho. In: **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo e Agenda para o Futuro**. Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo (Alemanha), 1997.

UNESCO. Educação Para Todos: **Declaração De Cochabamba** VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para Educação (PROMEDLAC VII). Cochabamba, 2001.